

- V A N D E R A Z E V E D O M O R A I S -

VISÃO CRÍTICA DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS AGENTES DE  
EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS - UM ENFOQUE MERCADOLÓGI  
CO.

Monografia Apresentada como  
Exigência de Conclusão do  
Curso de Pós-Graduação em  
Administração.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

FACE - Faculdade de Ciências Econômicas

CPGA - Centro de Pós-Graduação em Administração.


Belo Horizonte, Julho de 1978

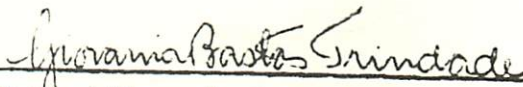
CENTRO de DOCUMENTAÇÃO  
CEDOC/DAE/UFLA

P A R E C E R

A Comissão Examinadora da dissertação "VISÃO CRÍTICA DAS ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS AGENTES DE EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS - UM ENFOQUE MERCADOLÓGICO" sob a orientação do professor Lúcio Martins Belém, chegou a conclusão de que o trabalho preenche os requisitos exigidos a uma dissertação de mestrado.

Recomenda assim, que seja concedido ao candidato Vander Azevedo Morais o título de "Mestre em Administração" visto que este apresentou o desempenho acadêmico obrigatório, produziu um trabalho científico no nível requerido e satisfaz as demais exigências necessárias para fazer jus ao título.

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Lúcio Martins Belém - Orientador

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Giovania Bastos Trindade

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Paulo de Vasconcellos Filho

Belo Horizonte, 15 de janeiro de 1981

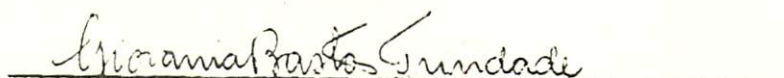
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

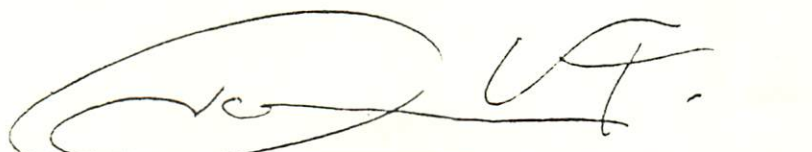
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "Visão crítica das Estratégias Utilizadas pelos Agentes de  
Extensão Rural em Minas Gerais - Um Enfoque Mercadológico"

NOME DO ALUNO: Vander Azevedo Morais

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA CONSTITUÍDA PELOS PROFESSORES ABAIXO:

  
Prof. Lúcio Martins Belém - Orientador

  
Prof. Giovania Bastos Trindade

  
Prof. Paulo de Vasconcellos Filho

Belo Horizonte, 15 de janeiro de 1981

### BIOGRAFIA DO AUTOR

Vander Azevedo Moraes é natural de Boa Esperança (Minas Gerais), nascido em 28 de dezembro de 1940. Filho de José Moraes Filho e Dalila Azevedo Oliveira, é casado e pai de três filhos.

É Engenheiro Agrônomo, formado pela Escola Superior de Agricultura de Lavras, em 1963 e desde 1964, é funcionário da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), hoje, Empresa de Assistência e Extensão Rural (EMATER-MG).

Foi Supervisor local da ACAR em Monte Carmelo(MG) de 1964 a 1966; em seguida, exerceu as funções de Supervisor Regional da ACAR de Ponte Nova (Minas Gerais) até maio de 1965, tendo logo após, assumido o cargo de Supervisor Regional de Muriaé (MG) até dezembro de 1973.

Em 1974, até julho de 1975, fez o curso de Pós-graduação em Administração, no Centro de Pós-graduação em Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas, em Belo Horizonte. Em seguida, assumiu as funções de Supervisor Regional da EMATER-MG em Lavras, onde está até hoje.

Dedico este trabalho:

- aos meus pais.
- à minha esposa.
- aos meus filhos.

AGRADECIMENTOS

O Autor agradece à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, pela oportunidade da realização do curso.

À Diretoria e Professores do Centro de Pós-graduação em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, pela atenção, carinho e orientações.

Aos jovens que aplicaram os questionários nas áreas pesquisadas.

Ao prezado Professor Lúcio Belém , pela orientação e apoio dados a esse trabalho.

À Maria Augusta Massimo, pelo serviço de datilografia.

## ÍNDICE

I	Introdução	
II	Conceito de Extensão Rural no Brasil.....	pág.2
III	Novo Conceito de Extensão Rural no Brasil.....	pág.3
IV	Papel do Agente de Extensão.....	pág.4
V	Produto (serviços) da Extensão Rural .....	pág.6
VI	Extensão Rural em Minas Gerais.....	pág.7
VII	Primeira Fase: Implantação .....	Pág.8
VIII	Segunda Fase: O Extensionista como Planejador e Educa- dor.....	Pág. 12
IX	Terceira Fase.....	Pág. 19
X	Proposição de um modelo de Assistência Técnica e Exten são Rural através da EMATER-MG .....	Pág. 29
XI	Definição do Problema .....	Pág. 41
XII	Conclusões .....	Pág. 48
XIII	Conclusões Finais .....	Pág. 72
XIV	Bibliografia .....	Pág. 75
XV	Anexos 1, 2 e 3 .....	pág. 77

## I) INTRODUÇÃO

Pode-se considerar que o advento da Extensão Rural no Brasil se deu, efetivamente, em 6 de dezembro de 1948, com o aparecimento da ACAR, em Minas Gerais.

A ênfase inicial foi dada ao Crédito Rural supervisionado razão pela qual a ACAR era mais conhecida como um Programa de Crédito Rural supervisionado e não como Serviço de Extensão. O próprio Convênio de constituição da ACAR em Minas Gerais revela que a palavra Extensão nem sequer aparece e que ênfase especial é dada ao Crédito Rural como meio operacional básico da organização. No cita do convênio vê-se: "A fim de secundar os propósitos e os esforços do governo do Estado, em prol do progresso econômico e social de Minas e do Brasil, e tendo em vista os diversos planos comuns do Governo e da AIA a este respeito, a Associação que se constitui terá como objetivo principal intensificar a produção agropecuária e cuidar do melhoramento das condições econômicas e sociais da vida rural. Este objetivo se cumprirá mediante a prestação de um duplo apoio, tanto técnico quanto financeiro.

Essa dupla assistência facilitará a adoção de um sistema adequado de crédito, para os pequenos produtores Agropecuários e um plano de Supervisão que garanta o uso eficiente desse crédito."

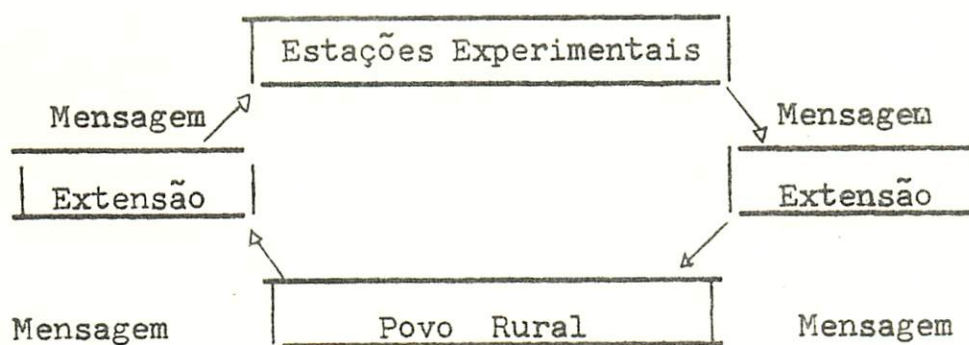
## 1 - O CONCEITO DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL:

O conceito de Extensão Rural no Brasil veio com seu nascimento, em 1948, em Minas Gerais.

Lopes (1), referindo-se à Extensão Rural: "Como a Extensão Rural foi introduzida no Brasil sob a influência dos Estados Unidos, a idéia, entre nós, se desenvolveu dentro do conceito americano. Neste particular, torna-se necessário uma análise do "modelo clássico" que tem servido como base para conceituar a Extensão Rural.

Segundo esse modelo clássico, o conhecimento é transmitido das fontes de origem ao povo rural. No contexto da Extensão, a comunicação é o meio pelo qual o povo rural estabelece contato com a nova tecnologia, advindo, em consequência, uma mudança tecnológica permanente. Portanto, o propósito básico da Extensão dentro do contexto do modelo clássico é o de transmitir conhecimentos ao povo rural e levar os problemas do povo às fontes de pesquisas.

Diagramaticamente, pode-se mostrar como o processo da comunicação opera em Extensão Rural, dentro do esquema do modelo clássico.




---

(1) LOPES, Renato Simplicio, Evolução conceitual da Extensão Rural no Brasil, publicado pela ACAR, dezembro de 1967, pág. 7.

As estações experimentais são consideradas como uma fonte de conhecimentos da qual se emitem mensagens. O serviço de Ex são age como um meio que leva mensagens ao povo rural. Se o Agente de Extensão se localiza entre o pesquisador e o povo rural que nece ssa aplicar os resultados experimentais, ele terá de receber mensa- gens de ambos os sentidos. Neste contexto, o processo de comunicação é considerado como um fluxo de novas descobertas experimentais de cientistas agrícola para os agricultores e dos problemas a serem pes quisados dos agricultores aos cientistas".

É sabido que esse conceito não funciona na sua totali dade nos Estados Unidos e muito menos no nosso país, onde as Esta- ções Experimentais são escassas e nem sempre funcionando a contento.

Lopes (2), num estudo aos agentes locais de Extensão em Minas Gerais mostrou que apenas 20% dos Agentes de Extensão leva- vam problemas do meio rural às instituições de pesquisa, apenas 8,7% mantinham contatos frequentes com as estações experimentais e 60% não tinham contato com aqueles estabelecimentos de pesquisas.

## 2 - NOVO CONCEITO DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL:

Com o decorrer dos tempos, o conceito de Extensão Ru- ral sofreu profundas mudanças, em decorrência de sua adaptação à rea- lidade brasileira. Referindo-se primordialmente à introdução de técni cas de agricultura e economia doméstica, com a finalidade de melhorar

---

(2) LOPES, Renato Simplicio, Information Seeking Behavior of County Ex sion Agents in Minas Gerais, Brazil. Tese de M.S. não publica- da, University of Wisconsin, 1966.

as condições sócio-econômicas das populações rurais, hoje em dia, o conceito de Extensão Rural se torna muito amplo. Referindo-se novamente a Lopes (3): " A Extensão Rural tem um campo de atividades muito mais amplo do que a introdução de técnicas. Abrange não só os problemas relacionados diretamente à agricultura, como também aqueles relativos às condições em que ela se desenvolve. A Extensão, em países subdesenvolvidos, terá de agir supletivamente para superar algumas precariedades institucionais, de acordo com as necessidades, bem como se integrar no processo de desenvolvimento nacional, através de uma ação motivadora e de envolvimento, visando a formação e dinamização das instituições em torno dos objetivos de um planejamento global.

De acordo com esta conceituação, seria razoável pensar-se em Extensão Rural como um processo educacional que visa a induzir o povo a interpretar e responder, de maneira apropriada, às mensagens de mudanças para a promoção do desenvolvimento sócio-econômico do meio rural, através da integração das forças vivas da comunidade."

### 3 - PAPEL DO AGENTE DE EXTENSÃO:

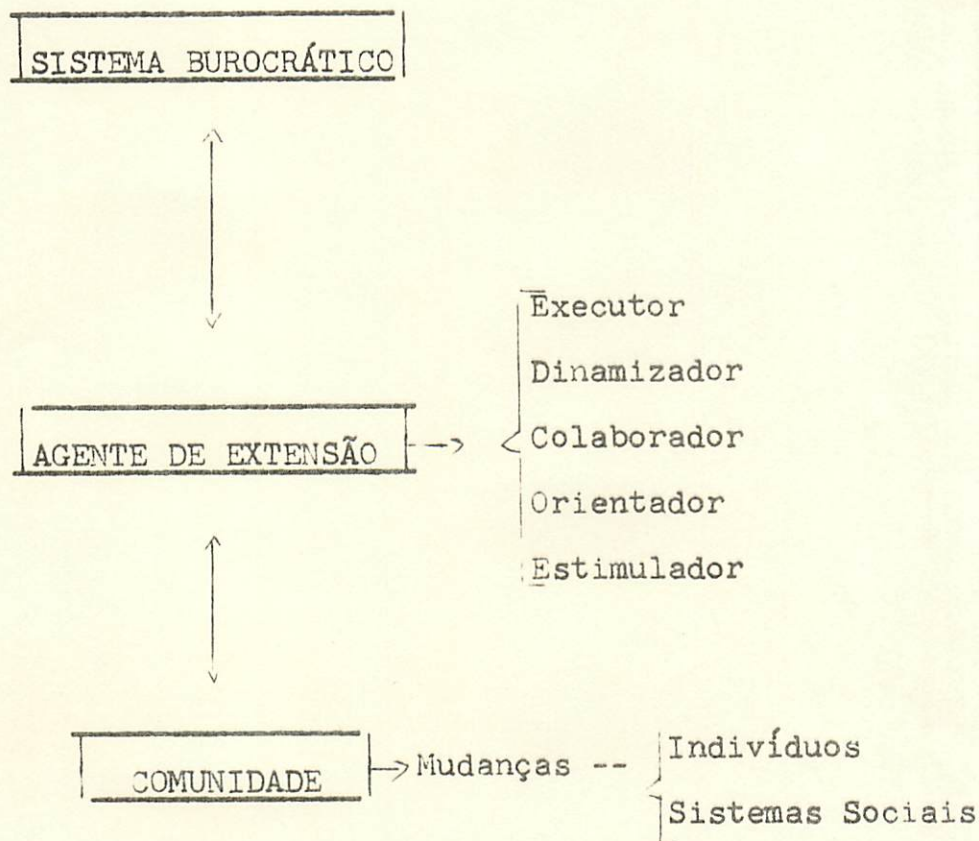
Em vista do exposto, o papel do Agente de Extensão se torna muito mais complexo, deixando de ser meramente uma "ponte" entre as Estações Experimentais e o povo rural. Novamente, voltamos a Lopes (4), que diz: "O seguinte diagrama servirá como ajuda ilustra-

---

(3) LOPES, Renato Simplício, Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil, publicado pela ACAR, dezembro de 1967, pág. 14 e 15

(4) LOPES, Renato Simplício, ibid pág. 15 e 16.

→ tiva do papel do Agente de Extensão como comunicador e agente de ação de envolvimento.



O agente local de Extensão ocupa posições tanto na estrutura social local como na estrutura de um sistema social externo, ou seja, o sistema burocrático ou serviço de Extensão. Através do papel do agente local de Extensão, o sistema social externo (Serviço de Extensão) liga-se às diversas unidades da comunidade. A pessoa que ocupa este papel é, ao mesmo tempo, parte dos dois sistemas sociais. Consequentemente, os agentes de Extensão são considerados pessoas que desempenham papéis de ligação, e as suas posições são consideradas posições de ligação. Daí a importância que o agente de Extensão tem como agente de ação de envolvimento ao nível municipal, principalmente considerando-se as condições brasileiras, em que é notó-

-ria a precariedade, e muitas vezes inexistência, de instituições e com características que lhe permitam exercer ações daquela natureza.

Torna-se necessário ressaltar que o agente, atuando de acordo com o conceito atual da Extensão, não desempenhará apenas o papel de dinamizador, em outras o de colaborador, orientador, estimulador etc. Todos esses papéis estariam norteados pelos princípios da Extensão, sempre objetivando o desenvolvimento sócio-econômico do município".

#### 4 - PRODUTOS (SERVIÇOS) DA EXTENSÃO RURAL E SEUS USUÁRIOS:

Tendo em vista os diversos papéis desempenhados pelo agente de Extensão, torna-se necessário delinear quais os produtos e/ou serviços de Extensão Rural e quais os públicos que se beneficiam deles.

Podemos considerar que os produtos e/ou serviços apresentados pela Extensão Rural são mensagens elaboradas e transmitidas aos diversos públicos, que são:

- a - produtores rurais de alta, média e baixa renda.
- b - Órgãos mantenedores e legitimadores, que são aqueles responsáveis pelos recursos financeiros e/ou de programas e projetos da ACAR.
- c - Instituições colaboradoras - órgãos a serem mobilizados e/ou integrados em projetos, necessários à consecução dos objetivos técnicos da ACAR.
- d - Público em geral.

Para cada tipo de público, há determinados objetivos que se quer atingir e que podem ser definidos como:

- a - Produtores - aumentar a produtividade da terra e do trabalho do produtor rural, buscando impacto em sua renda e melhoria da qualidade de sua vida.
- b - Órgãos mantenedores e legitimadores- receber diretrizes básicas para ação e informar sobre planos, programas e projetos da ACAR e sua realização.
- c - Instituições colaboradoras - desenvolver formas de trabalho integrado.
- d - Público em geral - informar sobre o desempenho da Organização, a fim de obter, da sociedade, apóio e cooperação.

## II) EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS

Com a criação da ACAR em 06 de dezembro de 1948, esta va criado o primeiro serviço de Extensão Rural, do País. Serviço es se que passou por fases distintas, conforme relato por HILARINA(5) que se segue: "O papel do extensionista tem se modificado no decorrer do tempo. Essa modificação tem sido consequência da evolução e modificação dos objetivos, dos princípios, e da própria filosofia do serviço de extensão no Brasil. Portanto, para se entender as mudanças ocorridas no papel do extensionista é preciso situá-lo dentro de um contexto histórico.

De maneira geral, pode-se dizer que o serviço de extensão no Brasil atravessou até hoje três fases distintas. Em cada

---

(5) HILARINA, Rita Nelson, Documento não publicado: "O papel do Extensionista local".

uma dessas fases, seus objetivos e sua filosofia sofreram certas alterações, ainda que conservando uma certa continuidade e uma certa semelhança com seus objetivos e filosofia originais. Dois fatores nos parecem servir como critérios para identificação dessas fases: primeiro, o tipo de planejamento adotado pelo serviço de extensão em cada uma delas, e segundo o tipo de público beneficiado por seus serviços. As mudanças verificadas nesses dois aspectos refletem diretamente as mudanças na filosofia e nos objetivos do serviço de extensão, e praticamente determinam o tipo de papel que o extensionista exerceu ou exerce em cada uma delas.

#### Primeira Fase: Implantação

A primeira fase do serviço de extensão no Brasil teve início com a fundação da ACAR em Minas Gerais, em 1949. Durante essa fase, a palavra extensionista ainda não é usada para identificar o funcionário técnico da organização. Como a ACAR foi fundada nos moldes da Farm Security Administration americana, cujos objetivos eram prover crédito e assistência técnica para famílias de pequenos agricultores, esses primeiros funcionários foram rotulados como "supervisores". O agrônomo ou técnico agrícola foi chamado "supervisor agrícola", enquanto a moça sua companheira de equipe era a "supervisora doméstica". A origem da palavra se deve ao fato de que sua principal função era supervisionar a aplicação do crédito concedido às famílias dos pequenos agricultores, geralmente consideradas um mau risco financeiro pelas entidades creditícias tradicionais.

Tomando-se nossos dois critérios para identificação dessa fase, verifica-se que ela se caracteriza pela quase ausência

de planejamento, e que o público beneficiado pelos serviços era constituído primordialmente de famílias de pequenos agricultores. O trabalho dos supervisores era realizado em grande parte ao sabor das solicitações de seu público. Entretanto, isso é provavelmente uma inversão dos fatos. Na realidade, na maioria das vezes, os supervisores é que tinham de solicitar e tentar persuadir as famílias a aceitarem seus serviços e os empréstimos a juros baixos que lhes eram oferecidos.

O papel dos extensionistas nessa primeira fase é bastante parecido ao papel de missionários no seu trabalho de evangelização. Os objetivos da organização recém-fundada eram levar às famílias rurais conhecimentos de práticas modernas que garantissem maior produtividade na agricultura e na pecuária, assim como conhecimento que promovessem o melhoramento de suas condições de saúde, alimentação e habitação. Para isso os supervisores lhes ofereciam conselhos e crédito que viabilizasse a adoção mais rápida das práticas sugeridas. Se suas ofertas fossem aceitas e seus conselhos fossem ouvidos, essas famílias tinham a promessa de uma vida melhor aqui na terra. Em resumo, a tarefa do extensionista era promover o homem, através do melhoramento de suas condições econômicas e de sua vida familiar.

Mas os agricultores e suas famílias, inteiramente desacostumados de receber "auxílio do governo", muitas vezes declinavam da ajuda que lhes era oferecida por essa "gente da cidade" que bem podia ser nada mais nada menos do que fiscais do governo interessados em tomarem suas terras. Portanto, nessa primeira fase, os supervisores não podiam fazer muito mais do que tentar provar aos

agricultores a honestidade de sua intenção. Seu papel como técnico era muitas vezes relegado a segundo plano. No dia a dia de seu trabalho, sua tarefa principal era quebrar a resistência dos agricultores e donas de casa, captando-lhes confiança e o interesse pela aceitação do novo tipo de serviços que lhes eram oferecidos.

Para isso ele tinha que provar que era um amigo antes de tudo, uma pessoa que estava realmente interessada em ajudá-los a resolver pelo menos alguns de seus muitos problemas. Muito tempo era gasto em conversas que nada tinham que ver com os problemas técnicos da administração da propriedade e do lar. Muito tempo era gasto na prestação de serviços que na realidade não eram da obrigação dos supervisores. A supervisora, por exemplo, podia arranjar um médico para atender gratuitamente ao menino doente que estava preocupando a família. O supervisor então ofereceria o jeep para levá-lo até a cidade na data marcada.

O trabalho do agricultor e da dona de casa era árduo, e os supervisores tinham que impressioná-los também como indivíduos trabalhadores, que não tinham medo de sujar as mãos na lida dura da fazenda ou da casa, que levantavam cedo e trabalhavam até depois do sol se esconder. Seu dia de trabalho durava muitas vezes quatorze ou quinze horas. Para que o agricultor ou a dona de casa pudessem aceitá-los a se identificar com eles, eles tinham que mostrar que sabiam, podiam e não se incomodavam de fazer as tarefas mais simples, como pegar da enxada para preparar sementeira ou lavar a roupa para demonstrar à dona de casa um método melhor de fazê-lo. Domingos eram os melhores dias para se encontrar os agricultores e dona de casas reunidos depois da missa, ou para se passar uma sessão

de cinema educativo à noite. Portanto, domingos muitas vezes eram dias de trabalho como outros quaisquer.

As relações entre supervisores e famílias eram bastante pessoais, e assumiam características de quase intimidade. Isso muitas vezes causava problemas quando um técnico tinha de ser substituído num município. O doutor fulano ou a dona beltrana eram amigos e as vezes até compadres, já se podia confiar neles e trazê-los para um cafezinho servido na cozinha. Os recém-chegados tinham muitas vezes de passar de novo pelo processo de captação de confiança das famílias, até que fossem aceitos como os anteriores. Em alguns casos, certas famílias se retraíam inteiramente e preferiam liquidar seu débito e deixar de receber assistência dos novos técnicos. Os supervisores eram antes de tudo amigos.

Nessa primeira fase, portanto, a ação dos supervisores era bastante limitada. Embora se esperasse que através do crédito e da assistência técnica se pudesse chegar a melhorar a produção, a produtividade e o bem estar entre as famílias rurais, não havia metas estabelecidas nesse sentido, pelo menos em termos de município ou de regiões. Os problemas técnicos de agricultura e de melhoramento das condições de saúde, alimentação e habitação eram tratados isoladamente, desde que o foco de interesse dos supervisores era a família do agricultor e seu progresso como unidade. Uma evidência disso são os relatórios das atividades da ACAR em Minas Gerais em seus primeiros anos, onde famílias que progrediram como resultado dos benefícios do crédito supervisionado e das assistências técnicas eram focalizadas para exemplificar o tipo de serviços que estava sendo levado à populações rurais.

Não havia portanto nenhum planejamento de natureza

abrangente. Tratava-se de problemas os mais diferentes, sempre isoladamente, e ao sabor das circunstâncias. A esfera de ação dos supervisores era a propriedade e a família isolada. Essa primeira fase durou aproximadamente quatro ou cinco anos, ou seja de 1949 até fins de 1952 e princípio de 1953. Ela teve provavelmente muito pouco rendimento no que se refere a causar impacto sobre o aumento de produção ou produtividade, ou mesmo do melhoramento das condições da vida familiar. Um supervisor e uma supervisora num jeep em aproximadamente vinte municípios mineiros jamais poderiam fazer mais do que arranhar de leve a superfície, dos problemas da agricultura do estado, muitos deles profundamente ligados aos grandes problemas de infra-estrutura do país.

Entretanto, o papel dos supervisores foi bem desempenhado. Nessa fase de implantação, através de trabalho arduo e de honestidade de intenção eles conseguiram vencer em grande parte a desconfiança dos agricultores, e de suas famílias, e provar às autoridades governamentais que um serviço dessa natureza era viável, e que seus resultados a longo prazo compensariam seus custos. Em dezembro de 1951 foi aprovado um projeto de lei para renovação e expansão das atividades da ACAR durante 1952 a 1954, com um orçamento total mais que duplicado em relação a verba anterior. O serviço de extensão estava pronto para introduzir programas mais ambiciosos.

#### Segunda Fase: O Extensionista como planejador e educador

Em 1953 a filosofia de trabalho da ACAR de Minas Gerais começa a mudar. O modelo "Farm Security Administration" começa a ser substituído pelo modelo do "Cooperative Extension Service"

americano, com algumas adaptações, uma das mais importantes sendo a continuação de utilização do crédito supervisionado como uma ferramenta da extensão. Convencidos de que a assistência individual a famílias era um método caro e que não lograva atingir uma parcela razoável da população, os dirigentes da ACAR passam a orientar seus funcionários no sentido de procurar atingir comunidades inteiras através do uso de métodos de grupo, e ainda incipientemente, através de métodos de massa. Entretanto, a supervisão individual continuaria para aquelas famílias que se beneficiassem do crédito rural supervisionado. O funcionário tem que ser agora supervisor e extensionista. Em ambos os papéis ele tem que ser eminentemente educador. Desde que seu papel de supervisor passa a ser secundário dentro dessa nova filosofia, daqui por diante nos referiremos a ele como extensionista. Na realidade a palavra demorou um pouco a se tornar de uso corrente dentro dos serviços de extensão.

Nessa segunda fase o foco de interesse do extensionista passa a ser a comunidade ao invés da família. Sua esfera de ação é portanto muito mais ampla.

Na primeira fase, como já se notou, os serviços de extensão se destinavam primordialmente à famílias de pequenos agricultores. A possibilidade de adoção de nova tecnologia por parte dessas famílias era muitas vezes severamente limitada pelo tamanho de sua propriedade, pela incapacidade de oferecerem garantias suficientes para obtenções de maiores empréstimos, e principalmente por seu baixo nível educacional. Além disso, dada a sua posição de baixo "status" em suas comunidades, elas eram geralmente pouco capazes de influenciar seus vizinhos para a aceitação de novas técnicas que

por ventura tivessem adotado. Ainda que individualmente essas famílias evidenciassem progresso, seu progresso nunca chegaria a causar grande impacto em termos de aumento da produção, da produtividade, ou mesmo em termos de melhoria geral das condições de vida da população rural.

Era preciso portanto, atrair novo tipo de público para ser beneficiado pelos serviços de extensão. Esse público deveria ser constituído de famílias que, dada a sua posição de liderança em suas comunidades, pudessem tornar mais rápido o processo de difusão de novas idéias, novos hábitos e nova tecnologia. A escolha deveria então recair nos médios agricultores. Sabe-se que em comunidades onde a liderança é tradicional, os grandes agricultores estão por demais distantes do resto da comunidade para ocuparem essa posição. O público do extensionista passa então a ser diretamente constituído de médios agricultores e suas famílias, e através deles atuando como líderes e da utilização de métodos de grupo e de massas, as outras famílias da comunidade.

A idéia de se desenvolver o trabalho com base num plano anual é introduzida. Ao invés de atender casos isolados e circunstanciais, o extensionista deve agora elaborar um programa que estabeleça metas para a solução dos problemas da população rural do município. Com base nesse programa ele deve planejar seu trabalho de tal modo que ao fim do ano as metas estabelecidas tenham sido alcançadas.

De acordo com os princípios então vigentes, esse programa deve ser eminentemente democrático. Suas metas devem ser estabelecidas de comum acordo com o povo rural. Os dados que evi-

denciem os tipos de problema existentes no município devem ser pesquisados, interpretados e discutidos com o povo, através de seus representantes. Os interesses e as necessidades sentidas pelo povo devem ser levadas em consideração.

Dentro dessa nova filosofia de trabalho o papel do extensionista muda profundamente, e como se pode perceber sua tarefa se torna muito mais complexa. Ele é agora ao mesmo tempo o planejador e o executor de um programa.

Como planejador ele precisa conhecer a realidade da situação da problemática do município com todas as suas implicações técnicas, econômicas e sociais. Esse conhecimento deve ser adquirido tanto através de entrevistas com o povo rural como através da pesquisa, análise e interpretação de outros dados estatísticos que evidenciem a situação. Depois, ele precisa saber identificar os problemas prioritários e apontar soluções para os mesmos. Essas soluções devem ser "técnicamente possíveis, economicamente justificáveis e socialmente desejáveis". Mas sua tarefa ia mais além. Como o programa devesse ser democrático, ele tinha que levar o povo a compreender a situação existente, a participar na seleção dos problemas prioritários, a aceitar as soluções sugeridas para os mesmos e a se comprometer a adotá-las. Naturalmente, as metas do programa só seriam alcançadas se o povo rural adotasse as idéias ou práticas apontadas como solução para os problemas selecionados. Para isso, o extensionista tinha que ser eminentemente educador. Entretanto, até que ponto os programas de extensão municipais eram realmente democráticos foi sempre uma interrogação.

No início, um dos métodos que os extensionistas usavam para levar o povo a participar da elaboração do programa era o

que se chamava "reuniões de comunidade". Todo o povo da comunidade era convidado para essas reuniões, durante as quais os extensionistas procuravam levá-lo a falar de seus problemas e sensibilizá-lo para a adoção de possíveis soluções. Muitas vezes os problemas levantados pelo povo nessas reuniões eram inteiramente fora da alça da de um programa de extensão rural, ou de solução possível com os recursos de que se dispunha. Era comum, por exemplo, acontecer que o único problema levantado fosse a falta de chuvas. Na realidade, o povo não estava ainda preparado para participar conscientemente da elaboração de um programa de extensão.

Cedo se reconheceu que o processo democrático não poderia funcionar com a participação de todos os elementos da comunidade. Era preciso selecionar um número menor de pessoas que os representassem, pessoas essas com um nível de educação, de informações melhores, que pudessem compreender a natureza dos problemas existentes e reconhecer as soluções técnicas mais aconselháveis para sua solução. Os extensionistas começam então a trabalhar para a formação de comitês de extensão rural. Teoricamente, depois de formados os comitês, o papel do extensionista deveria ser o de assessorá-los na elaboração e execução do programa de extensão rural do município.

Muitos dos problemas que afetavam a população rural estavam estreitamente ligados a problemas de infra-estrutura do município, e não poderiam ser solucionados apenas com a cooperação e o interesse do povo rural. Portanto era preciso envolver nos comitês toda a liderança das áreas relevantes para o desenvolvimento agrícola, para o melhoramento do bem estar da população rural.

Como se percebe, exige-se agora do extensionista um grau muito maior de cosmopolitismo e de agressividade. Ele precisa ser capaz de catalizar a atenção e o interesse dos líderes e das autoridades do município para os problemas da zona rural, de forma a fazê-los participar ativamente na elaboração e execução do programa de extensão rural. Em resumo, ele precisa ser um líder de líderes. Tudo isso se exigia do extensionista no desempenho do seu papel nessa segunda fase.

Como os programas eram geralmente bastante ambiciosos, seu papel na execução dos mesmos era também bastante difícil. A equipe de extensionistas num município era ainda constituída, como anteriormente, de um agrônomo, veterinário ou técnico agrícola, e de uma economista doméstica. Naturalmente, esses dois indivíduos sozinhos não teriam condições de executarem todas as ações necessárias para que as metas do programa fossem alcançadas. De acordo com princípios sociológicos, portanto, o caminho a ser seguido era procurar-se identificar aquelas pessoas com algumas características de liderança em suas comunidades, e treiná-las em assuntos específicos de agricultura e economia doméstica para que pudessem colaborar na difusão e no ensinamento de novas técnicas e novas idéias. Grande parte do tempo dos extensionistas era então dedicado à identificação desses prováveis líderes, e na preparação e execução de cursos de treinamentos para os mesmos.

Para planejar adequadamente os métodos a serem utilizados no desenvolvimento do programa os extensionistas precisavam também ter um pouco de psicologia. Eles tinham de ter boas noções sobre processos de aprendizagem, teorias de motivação, intera

-ção de grupos, e saber aplicar esses conhecimentos na prática. Por exemplo, para planejarem seu trabalho, eles deveriam ser capazes de identificar o estágio em que o povo se encontrava em relação a interiorização de conhecimentos sobre um determinado problema ou idéia ou prática. Demonstrar uma técnica nova para um agricultor que ainda não sentira o problema para o qual ela era uma solução, era perda de tempo.

Além de tudo, o extensionista precisava também ser um bom técnico. Seu público agora era formado de pessoas mais bem informadas do que anteriormente. Mas, como único técnico no município ele tem de ser um generalista. É sua responsabilidade orientar os usuários do crédito rural, supervisionado em todos os aspectos da administração da propriedade e do lar.

Como se verifica, o papel do extensionista nessa fase era extremamente complexo, e dificilmente poderia ser desempenhado com a perfeição que se esperava.

Essa fase da vida do serviço de extensão no Brasil foi bastante longa. Durou aproximadamente 15 anos, ou seja, de 1953 até a segunda metade da década de 60. Dentro desse período, a filosofia de planejamento em extensão foi se tornando cada vez mais sofisticada. A nosso ver, no seu final, o papel do extensionista se tornou de tal modo complexo, que muitos jovens recém-saídos de escolas e verdes de experiências não podiam fazer muito mais do que arremedar o modelo de educador perfeito que lhes era fornecido para seguir. Mas talvez, porque muito se exigisse, muito eles fizeram. Nesse período, o serviço de extensão atravessou as fronteiras de Minas Gerais e se expandiu num ritmo extremamente rápido para quase todos os estados da federação. O prestígio de que sempre go

-zou na opinião pública é evidenciada de que mais uma vez, os ex tensionistas desempenharam bem sua missão.

### Terceira Fase:

Por volta da segunda metade da década de 60, o sistema brasileiro de extensão já havia acumulado um apreciável acervo de experiências. Muitos dos técnicos atualmente na direção do órgão nacional ou de órgãos estaduais tinham longos anos de experiências com problemas relacionados à agricultura brasileira, e com os métodos já experimentados para promover seu desenvolvimento. O sistema estava, pois, maduro para implantar o seu próprio modelo de extensão, modelo esse mais adequado à realidade brasileira do que aqueles utilizados anteriormente.

A partir de 1964-65, com a criação do Ministério do Planejamento, o país começa também a definir uma política agrícola mais objetiva, e a estabelecer planos e diretrizes para a implantação dessa política. Num capítulo sobre diretrizes gerais para o de desenvolvimento das atividades agrícolas desse Ministério (6) declara: "compete à Agricultura neste estágio do desenvolvimento do País prover a base indispensável à intensificação da concentração urbana determinada pela industrialização, por via do fornecimento de bens alimentícios e matérias primas; suprir parte substancial das necessidades de divisas para financiar as crescentes importações de matérias primas, produtos intermediários e bens de capital;

---

(6) Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Programa de ação econômica do Governo, 1964-1966, 2ª edição. Documentos EPEA = nº 1, maio de 1965.

absorver parte da mão de obra que, anualmente a ocorre ao mercado, tendo em vista a relativamente baixa taxa de aumento de emprego no setor secundário" (pag.29); mais adiante (p. 155) se declara que um dos aspectos do programa do governo para o setor agrícola consistira de "providências imediatas, com efeito de curto prazo sobre a oferta de produtos agrícolas".

Na área de educação o mesmo documento estipula: "há necessidade de ampliar-se o sistema (de educação na área rural) para mais de 3.300 mil matrículas até 1970, a fim de atingir-se 100% da população na faixa de 7/11 anos de idade" (pag. 213). Para atenuar os problemas da área de saúde e saneamento da população rural o objetivo era a criação de "centros de comunidade" em que a uma professora "polivalente" seriam atribuídos rudimentos de educação sanitária, primeiros cuidados e práticas de algumas imunizações de técnica mais elementar. (pag.220).

Esses eram portanto alguns dos objetivos do programa do Governo nas áreas mais estreitamente ligadas aos objetivos dos programas de extensão rural.

Nessa época, o sistema brasileiro de extensão rural contava provavelmente com o maior contingente de técnicos em agricultura e economia doméstica do país, trabalhando diretamente com as populações rurais. Esse grupo tinha a vantagem de já gozar de grande prestígio e de ter fácil penetração não só entre as populações rurais, como entre líderes e autoridades no níveis municipais e estadual. Nada mais natural portanto, que o sistema sentisse a responsabilidade de colaborar ativamente na implementação da política governamental de aumento de produção e de melhoramentos das condições de educação, saúde e saneamento das zonas rurais, adap-

-tando seus objetivos aqueles do programa nacional. Os métodos de trabalho do sistema de extensão tinham até agora eminentemente educacionais. Como tal, seus resultados só poderiam ser esperados a longo prazo. Cumpria pois, introduzir certas mudanças a fim de que o mesmo pudesse colaborar mais agressiva e afetivamente para o alcance dos objetivos do programa governamental. Alguns dos técnicos responsáveis pela direção do sistema começaram então a definir novos caminhos para a Extensão Rural no Brasil. Dentro dessas novas definições, o papel do extensionista mudaria outra vez. E mais uma vez, o que determinou na prática a modificação do seu papel foram mudanças ocorridas nos mesmos dois aspectos já discutidos anteriormente, isto é, o público do extensionista e o sistema de planejamento.

Na área de agricultura, como já se notou, a política nacional visava o aumento de produção a curto prazo, tanto para consumo interno como para exportação. Ora, os grandes agricultores são aqueles que podem dar uma resposta mais rápida em termos de aumento de produção.

De modo geral, esses agricultores já tem bons conhecimentos agronômicos e de administração rural, seus contatos com fontes diversas, desde literatura especializada até o contato direto com técnicos de estações experimentais é muito mais frequente do que os dos médios e pequenos produtores. Na realidade, o grande agricultor não precisa ser "educado". Desde que ele verifique as vantagens econômicas da introdução ou expansão de novas culturas ou de nova tecnologia, seus recursos intelectuais, de terra e de trabalho lhe permitirão avançar rapidamente na direção mais vantajosa. Para atender a esse tipo de agricultor o extensionista não

precisa ser um educador. Seu papel entre esse novo público passa a ser primordialmente de técnico agente de difusão de novas idéias.

Como agente de difusão, ele deve mostrar ao agricultor as vantagens que oferecem a introdução de uma nova prática ou de uma nova cultura. Como técnico, ele deve assessorá-lo na aplicação correta da tecnologia que virá redundar em maiores vantagens econômicas.

Como geralmente os grandes agricultores de uma região são especializados em umas poucas atividades, o extensionista tem que ser também um especialista a fim de liderá-los. Conhecimentos generalizados e pouco profundos não satisfazem mais para esse tipo de público. Portanto, quando num município a exploração agrícola é diversificada um técnico apenas não terá condições de atender a todos os agricultores.

Para a implantação da política agrícola federal, caberia às Secretarias ou comissões de planejamento dos estados planejar a direção do desenvolvimento agrícola. Isso naturalmente deveria estar em consonância com as demandas do mercado interno e externo, e com as possibilidades ecológicas de exploração vantajosa de certas culturas e criações em determinadas regiões. Portanto, o sistema de planejamento adotado pela extensão rural teria que mudar também. O planejamento feito ao nível municipal, atendendo aos interesses e prioridades dos pequenos e médios agricultores teria que ceder lugar ao planejamento no nível estadual ou regional.

Verifica-se portanto que o extensionista deixa de ser planejador e passa a ser apenas executor de um programa cujos objetivos foram determinados por especialistas dos grupos encarregados de planejar o desenvolvimento agrícola dos estados ou regiões.

A primeira vista pode parecer que esses novos princípios tenham limitado as oportunidades do extensionista manifestar sua capacidade criadora. Entretanto, toda a estratégia de ação para alcance dos objetivos de parte do programa sob sua responsabilidade está ainda a seu cargo. Compete a ele planejar e utilizar a metodologia mais adequada para que as metas estabelecidas sejam alcançadas. De sua capacidade de se impor, de se fazer respeitar como técnico, competente frente aos agricultores, e de sua habilidade em persuadí-los a adotar os mesmos indicados e a tecnologia capaz de provocar impacto sobre o aumento da produção, dependem o sucesso do programa em seu município.

Dentro dessa nova política, a ação do extensionista volta a ser focalizada em indivíduos, embora não mais em famílias. As famílias dos grandes agricultores geralmente tem fácil acesso a instituições educacionais de todos os gêneros e a uma variedade de outras fontes de informações. Dessa forma, a assistência educacional da economista doméstica é desnecessária para essa classe. Desde que o público do extensionista agrícola já não é o mesmo público da extensionista doméstica, impõe-se uma dissociação entre o programa de desenvolvimento agrícola e o de melhoramento do bem-estar-social. Enquanto o primeiro se caracterizaria mais por atividades fomentistas o segundo deveria continuar sendo eminentemente educacional. Desde que o trabalho educacional trará maiores resultados, se dirigido à juventude rural deveria ser preferencialmente o público desse programa. As famílias de pequenos e médios agricultores entretanto, deverão continuar também constituindo parte desse público.

Como já se mencionou, na área de desenvolvimento so

-cial, o programa do governo dava ênfase a atividade a que viria viria redundar no melhoramento das condições de educação básica e de saúde e saneamento das zonas rurais. Embora esse trabalho tenha sido parte dos programas de extensão rural, cumpria agora concentrar mais esforços nessa direção.

FONSECA (7) e ALVES (8) delinearão com clareza os tipos de atividades mais adequadas para a realização de um programa dessa natureza. Certamente suas idéias tiveram grande influência na modificação do papel da extensionista nessa nova fase. Problemas de formação acadêmica do grupo não existia. Grande maioria das extensionistas eram professoras primárias que tinham recebido treinamento especial em economia doméstica para o exercício de suas antigas funções.

No seu novo papel, a função primordial da extensionista passa a ser colaborar para que as populações tenham acesso a maiores e melhores oportunidades de educação em todas as áreas, incluindo a aquisição de conhecimentos e criação de infra-estrutura que permita o melhoramento de suas condições de saúde.

Seu foco de interesse passa a ser a escola rural. Dentro da escola e ao redor dela devem ser criadas condições que possibilitem ao jovem rural se preparar para participar ativamente nos processos de desenvolvimento econômico da criação de cultura e

---

(7) FONSECA, Luis, "Promoção Humana e Extensão Rural", Guia de Planejamento, ACAR, B.H. , junho de 1972, pp. 60-68.

(8) ALVES, Eliseu P. A. , "Atividades Sociais do Sistema ABCAR como investimento no homem", Guia de Planejamento, ACAR, B.H. junho de 1972, pp. 42.-49.

de tomada de decisões do País.

Os objetivos parecem ser muito altos, mas uma série de pequenas ações ao alcance da capacidade de trabalho da extensionista são sugeridas para que os mesmos possam ser alcançados.

Onde não há escolas ela pode mobilizar o povo para construí-las. As professoras rurais são notoriamente despreparadas para exercer sua função de educadoras. A extensionista é então chamada para promover treinamentos específicos para as mesmas, treinamentos esses que devem contar com a colaboração e participação de todas agências educacionais e de saúde do município. Esses treinamentos devem abranger desde assuntos de natureza didática e pedagógica até assuntos técnicos relacionados a problemas da população rural, tais como alimentação, saúde e saneamento. Os currículos escolares são inadequados para os interesses e as necessidades da juventude rural. A extensionista pode interferir para melhorá-los.

O trabalho agrícola não pode mais absorver toda a mão de obra disponível no meio rural. A extensionista colabora na criação e desenvolvimento dos cursos de treinamentos de mão de obra semi-especializada, a fim de que o jovem rural esteja preparado para se encaixar dentro de novos mercados de trabalho onde exista maior demanda. A população rural não dispõe de assistência médica ou sanitária. A extensionista pode mobilizar o povo para construir mini-postos de saúde onde médicos, enfermeiros e sanitaristas do município possam atendê-los com certa regularidade. Dentro desses mini-postos, as gestantes podem receber assistência e conselhos que virão redundar na diminuição da taxa de mortalidade infantil.

Essas e muitas outras são formas de atuações da ex

-tensionista nessa nova fase. Seu papel é de catalizadora e dinamizadora de instituições existentes, levando-as a estender seus benefícios a população rural. Quando essas instituições não existem, ela sensibiliza o povo para sua criação.

A nosso ver, esses novos papéis dos extensionistas são, pelo menos por enquanto, perfeitamente adequada à atual conjuntura da realidade brasileira, e através de seu desempenho muito já se tem feito e ainda mais se fará o desenvolvimento da agricultura e a promoção do bem estar entre as populações rurais!

Em 1975, através da lei nº 6704, de 28/11/75, foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG, em substituição à ACAR.

Segundo o estatuto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, aprovado pelo Decreto nº 17.836, de 08/04/76, os objetivos da EMATER-MG são os seguintes (9):

- I - Constituir-se no principal instrumento de execução das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do Estado de Minas Gerais;
- II - Colaborar com os órgãos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Ministério da Agricultura, bem como com as demais entidades vinculadas aos sistemas estadual e federal da agricultura, pecuária e abastecimento, na formulação e execução das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mi-

---

(9) Estatuto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Capítulo II, Artigo 4º.

-nas Gerais;

III - planejar, coordenar e executar programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida do meio rural do Estado de Minas Gerais, de acordo com as políticas de ação dos Governos Estadual e Federal.

Para a consecução dos seus objetivos, a EMATER-MG deverá observar as seguintes Diretrizes Básicas (10):

- I - compatibilização dos programas de assistência técnica e extensão rural com os Planos Nacional e Estadual de Desenvolvimento;
- II - estabelecimento e manutenção de processos de relacionamento com o Sistema Operacional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SOAPA), com o Ministério da Agricultura e entidades vinculadas de geração de tecnologia, através da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMBRATER
- III - colaboração com a EMBRATER na formulação das diretrizes e programação das atividades de assistência técnica e extensão rural do País;
- IV - estímulo e apoio ao desenvolvimento, no meio rural, de ações revestidas de caráter educativo e, bem assim, à ação conjunta entre os serviços públicos e privados de assistência técnica

---

(10) Ibid, Capítulo II, Artigo 5º

- nica, extensão rural, educação, nutrição e saúde, visando à execução de programas integrados de promoção do homem;
- V - estímulo e apoio ao interrelacionamento entre os órgãos de pesquisa agropecuária e os produtores rurais, tanto para a identificação das necessidades destes, como para transferências de tecnologia gerada e avaliação de seus efeitos;
- VI - estímulo à transferência de tecnologia agropecuária através do crédito rural e apoio aos organismos creditícios na aplicação dos recursos financiados e na avaliação dos resultados;
- VII - apoio à formação e ao aperfeiçoamento do pessoal especializado em atividades-fim e atividades-meio, para difusão de tecnologia e promoção do homem do meio rural, com a participação das universidades e de outros órgãos de desenvolvimento de recursos humanos;
- VIII - adequação dos programas e projetos de assistência técnica e extensão rural às prioridades estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Secretaria de Estado da Agricultura para o desenvolvimento do setor rural, de conformidade com as necessidades regionais;
- IX - estímulo, em caráter prioritário, aos programas nos quais a assistência técnica e a extensão rural estejam associados ao crédito, à provisão de insumos, à comercialização agropecuária e à organização de produtores;
- X - estabelecimentos e manutenção de sistemas de acompanhamento, avaliação de resultados e controle das atividades de

assistência técnica e extensão rural.

III - Proposição de um modelo de assistência técnica e extensão rural através da EMATER-MG

Como uma proposição ao trabalho de assistência técnica e extensão Rural da EMATER-MG, SILVA (11) caracteriza a melhor estratégia de ação de trabalho para cada município trabalhado.

Tomando como marco de referência o número de propriedades rurais até 50 hectares, Silva analisa os seguintes aspectos:

- 1) Metodologia de trabalho a ser desenvolvida;
- 2) Tipo de material informativo adotado;
- 3) Tipo de equipamento audio-visual e outros recursos necessários;
- 4) Tipo de treinamento do pessoal técnico mais adequado;
- 5) Tipo de tecnologia a ser difundida.

Os municípios foram estratificados em 4 classes a saber:

- a) Classe A - Municípios cujo número de propriedades rurais com até 50 hectares seja superior a 80%;

---

(11) SILVA, José Teixeira da, A Estratificação de Propriedades como subsídios à Organização de Assistência Técnica ao Setor Agrícola de Minas Gerais. Publicado pela EMATER-MG, Coordenação de Planejamento, maio de 1977.

- b) Classe B - Municípios cujo número de propriedades rurais com até 50 hectares varia de 61 a 80%;
- c) Classe C - Municípios cujo número de propriedades rurais com até 50 hectares varia de 31 a 60%;
- d) Classe D - Municípios cujo número de propriedades rurais com até 50 hectares seja no máximo 30%.

A seguir, para cada classe de municípios, SILVA(12) caracteriza o serviço de assistência técnica e extensão rural a ser desenvolvido:

a) Município da Classe A:

São Municípios onde predominam as pequenas propriedades rurais operadas exclusiva ou em maior intensidade pelo trabalho familiar e que proporciona a subsistência à família do agricultor e fornece-lhes um pequeno excedente para a venda no mercado e atendimento às necessidades destas propriedades. Temos:

- . Policultura e criação em pequena escala
- . Baixo nível intelectual da família
- . Tecnologia elementar
- . Culturas em pequenas áreas
- . Consumo de porção significativa do que é produzido
- . Mão de obra familiar, ocupando gente de fora esporadicamente
- . Pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, assalariados, empreiteiros, em diversas combinações polivalentes.
- . Exercem ações autônomas nas próprias propriedades e buscam tra-

---

(12) SILVA, Ibid, pag. 16

-balho fora, na cidade ou em fazendas maiores.

- . Quando as terras são maiores que as necessidades da família, o excedente é arrendado ou dado em parceria para outras famílias sem terra.
- . São muito próximas umas das outras e de um modo geral dispõem de estradas regulares.
- . São grandes liberadoras de mão de obra que se destina à indústria e a rede de serviços.
- . Tem afluência frequente à sede do município para atividades religiosas, comerciais, etc...

Quanto à estratégia sugere:

- al. Metodologia de trabalho: deve receber 80% da assistência técnica na forma grupal e de massa, com maior concentração de esforços nos métodos de massa. A atividade grupal deve ser constituída de público mais seleccionado, principalmente pelo interesse e nível intelectual dos participantes, na forma de grupos de homens, senhoras, moças, rapazes, jovens, líderes, comissões de projetos, comitês rurais e de municípios, etc. O associativismo deve ser desenvolvido na forma de pequenas e médias sociedades de compra conjunta de insumos, venda de produtos e construção de armazéns coletivos para estocagem da produção. O trabalho individual deve ser o mínimo possível. Os mais diferentes métodos de trabalho grupal e de massa podem ser utilizados, com destaque para o uso de amplo material informativo escrito, rádio, demonstrações de método, cursos, dia de campo, excursões demonstração de resultados, realização de pequenas e médias campanhas que englobem conjunto de métodos, etc...

a2. Tipo de Material Informativo: Dada a elevada densidade demográfica rural em tais municípios o material informativo escrito e o uso de rádio constituem-se nos meios de difusão mais econômicos e que devem ser usados em maior quantidade. Também filmes, slides e painéis com pequenas exposições educativas devem ser usados em reuniões de grande frequência de pessoas e assim tais municípios possibilitam uma ação motivadora muito maior, usando mensagens de nível técnico suave mas de forma variada e concentrada. Por sua vez o trabalho de ensinamento técnico deve ser desenvolvido mais na ação grupal com agricultores, donas de casa, jovens e liderança de projeto, usando material informativo de maior conteúdo técnico como monografias, filmes, slides, transparências, etc...

a3. Tipo de equipamento audio-visual e outros recursos necessários  
Naturalmente que dado a diversificação da metodologia grupal e de massa que pode ser aplicada a tais localidades, os escritórios locais devem dispor de variado equipamento para melhor aproveitamento de todas as possibilidades. Assim, equipamentos portáteis para filmes, slides, alto falantes, gravadores, painéis, enfim todo o tipo possível. Grandes suprimentos devem ser feitos com filmes, coleções de slides, gravações para uso de rádios locais, faixas, abundante e variado material informativo escrito para motivação e ensinamento técnico.

Um ponto importante é que, nestes municípios, devido a alta densidade demográfica a eficácia dos meios de comunicação e difusão de tecnologia é muito grande e isso importa na

possibilidade de obtenção de uma quantidade de trabalho muito maior pela EMATER-IG, com menor número de técnicos. Assume-se aqui que o rendimento do trabalho do técnico cresce com a densidade demográfica rural se ele usar racionalmente a metodologia de grupo e massa. Por isso tais municípios podem oferecer atualmente muito maior resultado alcançado com o número atual de técnicos.

- a4. Tipo de Treinamento do pessoal técnico: O trabalho neste tipo de município devido a maior intensidade de ação grupal e de massa, exige do técnico além de conhecimentos tecnológicos também boas noções de sociologia, psicologia social, dinâmica de grupo, comunicação em geral, desenvolvimento social e econômico, etc... Os objetivos a serem alcançados são mais amplos e na forma de desenvolvimento integrado envolvendo progresso de bem estar e econômico. Isso demanda, por conseguinte, treinamentos mais abrangentes para o bom desempenho do trabalho.
- a5. Tipo de tecnologia a ser difundida: municípios de alta densidade demográfica rural devem desenvolver em maior intensidade em suas culturas e criações técnicas do tipo biológico como sementes melhoradas, espaçamentos corretos, conservação do solo, controle de pragas e doenças, adubação, melhores raças de animais, combate a parasitas, mineralização, alimentação suplementar, etc..., tendo seus sistemas de produção constituídos de técnicas poupadoras de capital, absorvedoras de trabalho e que aumentem a produtividade tanto da terra como da mão de obra. A tecnologia mecânica deve ser rigorosamente selecionada e cons

- -tituída de pequenas máquinas e equipamentos de manejo manual e tração animal. Não somente a EMATER-MG deve selecionar tais pacotes mais indicados para tais municípios e regiões, como também os órgãos de pesquisa e a indústria de insumos rurais devem ser orientadas para este tipo de tecnologia. O mesmo caminho deve ser seguido pelos bancos no emprego do crédito rural.

É importante notar que tais municípios abrigam grande percentagem de sua população no campo. Isto quer dizer que o trabalho de promoção humana, principalmente nos aspectos de educação formal, melhoramento da saúde e treinamento da mão de obra, são tão importantes como o desenvolvimento de qualquer cultura ou criação. O treinamento da mão de obra rural nestes municípios e regiões demanda maior atenção. Como são altas as taxas de crescimento da população e também da migração rural urbana a força-trabalho deve ser qualificada não somente para as tarefas rurais, mas também, para atividades demandadas pelas principais cidades da região (pedreiro, carpinteiro, bombeiro, eletricitista, cabeleireiro, motorista, técnico em rádio e televisão, costureira, manicure, datilografia e outros). Isto significa treinar mão de obra fixa e a migrante.

b) Município da Classe B:

São municípios com elevado número de propriedades rurais do tipo pequeno e médio porte, mas já mais voltadas para o mercado que propriamente para a subsistência. Exploram menor número de culturas e criações e em áreas maiores que possibilitam uso de tecnologia mais adiantada. Usam a mão de obra fami-

-liar e a contratada. São relativamente agrupadas e as famílias tem maiores possibilidades e aspirações de evolução educacional e econômica que as da classe A.

- b1. Metodologia de trabalho: devem receber de 60 a 80% da assistência técnica na forma grupal e de massa, com maior intensidade para a atividade grupal. Em alguns municípios desta classe encontram-se povoamento que possibilitam intenso trabalho com metodologia de massa. Há, portanto possibilidade de ampla aplicação de toda metodologia de alcance a grupos e à massa. Sem dúvida que a existência de significativo percentual de propriedades médias e grandes faz demandar maior quantidade de trabalho individual.
- b2. Tipo de Material informativo: em menor intensidade daquele usado na classe A para informação de massa. Prevalece aqui para a atividade grupal o que foi recomendado para aquela classe.
- b3. Tipo de material audio-visual e outros recursos necessários: Prevalece o tipo mais adotado para atividade grupal, em menor escala para trabalho de massa e algum equipamento específico necessário para assistência individual, que é maior que na classe A.
- b4. Tipo de treinamento do pessoal técnico: deve ser aumentada a dosagem de treinamento em aspectos tecnológicos e diminuído o treinamento em aspectos gerais, dado que as propriedades já

demandam melhor tecnologia, as explorações são maiores e os agricultores e donas de casa são, em geral, de nível intelectual mais elevado.

b5. Tipo de tecnologia a ser difundida: intensificação nas técnicas de caráter biológico e poupadoras de capital, mas já necessitando de algum incentivo às técnicas mecânicas, principalmente em propriedades maiores, onde haja escassêz de mão de obra e maiores possibilidades de tecnificação de culturas e criações.

c) Município de Classe C:

Há predominância de propriedades médias e grandes, voltadas para o mercado, explorando culturas e criações em grandes áreas e de forma mais tecnificável. Usam de um modo geral a mão de obra contratada que é escassa em tais municípios e regiões. São mais dispersas e há grande contraste entre o nível intelectual dos proprietários que de um modo geral varia de regular a bom e o dos empregados que é fraquíssimo. Os proprietários em boa parte residem na cidade e a propriedade é quase dirigida por empregados inteiramente desqualificados.

Acreditamos que nesta classe de municípios existe um percentual bem grande de propriedades que, dada a dimensão e especialização de suas culturas e criações, devem contratar assistência técnica de firmas particulares ou ter seus próprios técnicos. Isso acontece também em escala decrescente nas classes B e A. O nível de tecnificação já demandado e que elas demandarão é muito mais elevado que o que a EMATER-MG poderá ofe

-recer, desde que ela proporcione bom atendimento as classes A e B, que são de sua maior responsabilidade como empresa pública. Naturalmente, com o crescimento da demanda, surgirão as instituições privadas de menor porte e maior especialização para prestar tais serviços.

cl. Metodologia de trabalho: parte grupal e parte individual. A dispersão entre as propriedades já não permite a formação de uma infraestrutura de trabalho grupal tão boa quanto nas classes anteriores. Contudo, com algum esforço, 50% das ações dos técnicos pode ser trabalhando com os agricultores e donas de casa coletivamente, tanto no campo como na cidade, em atividades planejadas e executadas a cada 2 meses pelo menos. O trabalho individual é necessário e o grupo de propriedades de melhor performance deve ser aproveitado para efeito demonstrativo e nele deve girar todo o trabalho grupal com os agricultores. As ações em bem estar social já são bem mais difíceis, principalmente a ação direta com as donas de casa. Há contudo, em tais municípios, aglomerações de produtores e/ou trabalhadores rurais ou povoados que proporcionam bons públicos para este tipo de trabalho. Grande esforço deve ser feito indiretamente junto aos órgãos de saúde, educação prefeituras e outros para a dotação de recursos necessários ao bem estar social em tais povoados. Há um sério problema nestes municípios. De um modo geral o proprietário reside na cidade, dedica pouco tempo aos negócios dentro da empresa e esta fica totalmente a mercê de empregados de muito baixo nível intelectual.

Tem-se de desenvolver nestas áreas duas linhas meto

-dológicas de trabalho: umas mais técnica e gerencial para o proprietário e outra mais individual e do tipo "ensinando a fazer" para os empregados.

Justifica-se, portanto, neste 2º caso, o esforço de integração com outros órgãos para a criação de centros de treinamento de administradores e práticos de fazenda.

Ao que parece, em termos de estratégia há que haver um exame mais profundo de como organizar a metodologia de trabalho, para tais municípios, de modo a atender o proprietário residente na cidade e, de uma forma bem diferente, o empregado. Para o proprietário talvez os métodos dia de campo, curso, excursões e demonstrações de resultados acompanhados de ampla divulgação, sejam os mais adequados. No caso dos peões o assunto precisa ser melhor estudado.

- c2. Tipo de material informativo: para o proprietário, dado o seu nível intelectual mais elevado pode-se oferecer monografia de médio a alto conteúdo técnico. Para o empregado, ao que tudo indica, um novo tipo de material informativo adaptado às suas condições de aprendizagem dava merecer a preocupação dos especialistas em comunicação.
- c3. Tipo de material audio-visual e outros recursos necessários: devem ser de acordo com a metodologia desenvolvida e o tipo de material informativo usado. Carece de mais estudos e especulações. De qualquer forma, em menor escala que o das classes anteriores, há que se dispor de bom equipamento para trabalho grupal e material de divulgação para os métodos de trabalho usados. O caso

dos empregados precisa ser melhor estudado pelos especialistas em comunicação.

- c4. Tipo de Treinamento de pessoal técnico: o tipo de propriedades de agricultor, de tecnologia desenvolvida, a metodologia usada e outros aspectos fazem demandar técnicos com maiores conhecimentos tecnológicos, gerenciais e de comercialização. Prevalece a ampliação de conhecimentos em tecnologia pura dos produtos trabalhados, administração e economia rural. Um treinamento especial deve ser instituído para o atendimento aos trabalhadores rurais militantes nas fazendas.
- c5. Tipo de tecnologia a ser difundida: em maior intensidade do tipo mecânico e complementada por técnicas biológicas. Em tais municípios há abundância de terra e escassez de mão de obra. O objetivo da tecnologia é o aumento da produtividade da força trabalho pelo uso de maquinário cada vez mais especializados e completos.

O tipo de propriedade nesta classe pode ser chamada de tipo capitalista, inteiramente voltada para o mercado e que deve por em prática o que houver de mais moderno em termos de técnicas comprovadas.

d) Município Classe D:

Há predominância de propriedades grandes e muito dispersas. Quanto a utilização da terra encontramos 2 tipos: um grupo de propriedades bastante tecnificadas ou com possibilidades de

tecnificação, inteiramente voltadas para o mercado e cujos proprietários com bom nível intelectual e em maioria residente nas cidades. Vamos chamá-lo Sub-grupo d1.

Usam de mão de obra contratada que é escassa e de baixa instrução. Sua descrição combina bem com aquela feita para os municípios da classe C. Outro grupo, constituído de latifúndios improdutivos, ocupando grandes extensões de terra ainda recentemente devoluta e inculta, em que as dimensões excedem as condições médias de capital, pelo que mantém inexploradas em grandes parcelas. A parte explorada é do tipo extensivo com agricultura rotineira e criações primitivas, com pouca terra relativamente destinada às lavouras. É provável que no futuro sejam propriedades capitalizadas e produtivas por iniciativa dos próprios proprietários ou através da intervenção governamental.

Vamos chamá-lo sub-grupo d2. e deixá-lo de lado por não prescindir de assistência técnica, pelo menos no curto prazo.

Para o Sub-grupo D1, propriedades que dispõe de explorações de grande porte e altamente especializadas ou caminhando para tal, achamos que devem dispor de assistência técnica contratada a firmas particulares ou manter seus próprios técnicos, conforme de verá acontecer com elevado contingente da Classe C.

d1. Metodologia de trabalho: Basicamente individual, com pequeno aproveitamento em algumas áreas para atividade grupal, onde as propriedades são mais próximas. Alguma atividade grupal nas cooperativas e sindicatos é possível, o mesmo acontecendo com dias de campo e cursos acompanhados de ampla divulgação. Para emprega

-dos aplica-se o que se recomendou para a classe C.

- d2. Tipo de Material Informativo: O mesmo recomendado para a Classe C.
- d3. Tipo de Material Audio-Visual e Outros Recursos Necessários: O mesmo para a classe C.
- d4. Tipo de Treinamento do pessoal Técnico: O mesmo para a classe C.
- d5. Tipo de Tecnologia a ser Difundida: A mesma recomendada para a classe C.

#### IV - Definição do Problema

Como base na proposição feita no item III, faremos uma pesquisa na Região de Lavras, em alguns Escritórios Locais da EMATER-MG, a fim de verificar a coerência na ação estratégica adotada pelos Técnicos e Técnicas da EMATER-MG.

- A) - A fim de se selecionar os Escritórios Locais da Região de Lavras, tomaremos por base o trabalho de SILVA (13). Como amostra para o nosso trabalho, usaremos apenas as Sedes dos Escritórios Locais, visto serem os municípios de maior concentração de

---

(13) Ibid, páginas 15 a 23 e 37 a 38.

assistência técnica e extensão rural.

No QUADRO 1, apresentamos a relação dos Escritórios Locais da Região de Lavras e suas classificações:

QUADRO 1 - Classificação dos Escritórios Locais da Região de Lavras quanto ao número de propriedades rurais até 50 hectares

ESCRITÓRIOS LOCAIS	% DE PROPRIEDADES RURAIS ATÉ 50 HECTARES	CLASSIFICAÇÃO
1 - Aiuruoca	39,09	C
2 - Baependi	47,07	C
3 - Boa Esperança	77,10	B
4 - Bom Sucesso	82,53	A
5 - Cambuquira	86,18	A
6 - Campanha	78,55	B
7 - Campo Belo	83,84	A
8 - Candeias	84,64	A
9 - Carmo da Cachoeira	44,84	C
10 - Carrancas	43,52	C
11 - Conceição do Rio Verde	64,50	B
12 - Coqueiral	77,64	B
13 - Cristais	79,77	B
14 - Cruzília	33,01	C
15 - Eloi Mendes	80,68	A
16 - Guapé	81,66	A
17 - Lambari	90,46	A
18 - Lavras	76,73	B
19 - Nepomuceno	80,74	A
20 - Perdões	82,54	A
21 - Santo Ant <sup>o</sup> do Amparo	43,39	C
22 - São Tiago	78,22	B
23 - Tres Corações	65,43	B
24 - Tres Pontas	75,26	B
25 - Varginha	72,73	B

FONTE: SILVA, José Teixeira da: A Estratificação de Propriedades

A amostra pesquisada será de 20% (vinte por cento) dos Escritórios Locais de cada classificação, definida por sorteio (tabela dos números aleatórios). O QUADRO 2 mostra a situação:

QUADRO 2 - Amostra dos Escritórios Locais da Região de Lavras, para efeito da pesquisa, segundo sua classificação:

CLASSIFICAÇÃO	AMOSTRA(20%)	TOTAL DE ESCRITÓRIOS LOCAIS	ESCRITÓRIOS LOCAIS SORTEADOS.
A	2	09	1 - Guapé 2 - Campo Belo
B	2	10	1 - Cristais 2 - Varginha
C	1	06	1 - Santo Antônio do Amparo

B) - Serão utilizados dois tipos de questionários, a saber:

B1- Identificação da clientela:

Este questionário, preenchido pela Equipe de Técnicos do Escritório Local da EMATER-MG, identificará os diversos clientes com os quais a Equipe Local teve contato e/ou assistiu, usando as metodologias individual e de grupo preconizados pela Extensão Rural, nos últimos doze meses de trabalho.

como subsídios à Organização de Assistência Técnica ao Setor Agrícola de Minas Gerais.

Esses clientes serão identificados no município Sede do Escritório Local e terão duas categorias: Produtores Rurais e Instituições Colaboradoras.

Produtores Rurais: São clientes cujas ações da Equipe Local da EMATER-MG visam aumentar a produtividade da terra e do trabalho do produtor rural, buscando impacto em sua renda e melhoria da qualidade de sua vida.

Instituições Colaboradoras: São clientes cujas ações da Equipe Local da EMATER-MG visam desenvolver formas de trabalho integrado.

O Anexo 1, mostra o questionário utilizado e o seu preenchimento em cada Escritório Local sorteado.

#### B2 - Identificação das mensagens, canais e objetivos:

De acordo com os clientes identificados no Anexo 1, através da amostragem de 10% (dez por cento), serão utilizados questionários que identifiquem os tipos de mensagens, os canais utilizados e os objetivos propostos nas ações estratégicas utilizadas pelas Equipes Locais da EMATER-MG.

O Anexo 2 mostra o questionário utilizado, p/ Instituições Colaboradoras e o anexo 3, p/ produtores Rurais.

#### V - Pesquisa

A pesquisa foi realizada, tomando por base a tabulação dos Quadros 1 e 2 dos questionários sobre a Identificação da clientela (Anexo 1).

A seguir, apresentamos as tabulações referentes aos quadros 1 e 2 dos referidos questionários:

QUADRO 3 - Tabulação do Quadro 1, por Escritório Local, segundo o tamanho das propriedades rurais:

ESCRITÓRIO LOCAL	NÚMERO DE PRODUTORES	ÁREA DA PROPRIEDADE - HA				
		0/50 (A)	51/100 (B)	101/150 (C)	151/200 (D)	+de 200 (E)
Guapé	139	56	33	15	4	31
Campo Belo	128	44	33	23	5	23
Cristais	236	118	50	26	12	30
Varginha	130	45	35	16	11	23
Santo Ant <sup>o</sup> do Amparo	117	35	28	17	11	26
TOTAL	750	298	179	97	43	133

QUADRO 4 - Tabulação do Quadro 2, por Escritório Local, das Instituições Colaboradoras:

ESCRITÓRIO LOCAL	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES COLABORADORAS
Guapé	03
Campo Belo	21
Cristais	12
Varginha	18
Santo Antônio do Amparo	19
TOTAL	73

A seguir, apresentamos a tabulação dos Produtores rurais segundo as categorias e as respectivas amostras, sendo que o tamanho da amostra foi estipulado em 10% (dez por cento).

QUADRO 5 - Tabulação dos Produtores rurais, por categorias, por Escritório Local e respectivas amostras:

CATEGORIA	GUAPE		C. BELO		CRISTAIS		VARGINHA		S.A.AMPARO		TOTAL
	Nº PRO-DUTORES RURAIS	AMOS-TRA	Nº PRO-DUTORES RURAIS	AMOS-TRA	Nº PRO-DUTORES RURAIS	AMOS-TRA	Nº PRO-DUTORES RURAIS	AMOS-TRA	Nº PRO-DUTORES RURAIS	AMOS-TRA	
		10%		10%		10%		10%		10%	
A	56	6	44	5	118	12	45	5	35	3	31
B	33	3	33	3	50	5	35	3	28	3	17
C	15	1	23	2	26	3	16	2	17	2	10
D	4	1	5	1	12	1	11	1	11	1	5
E	31	3	23	2	30	3	23	2	26	3	13
TOTAL	139	14	128	13	126	24	130	13	117	12	76

QUADRO 6 - Resumo dos Produtores Rurais e do Tamanho das Amostras, por Escritório Local:

ESCRITÓRIO LOCAL	NÚMERO DE PRODUTOS	TAMANHO DA AMOSTRA
Guapé	139	14
Campo Belo	128	13
Cristais	236	24
Varginha	130	13
Santo Antônio do Amparo	117	12
TOTAL	750	76

Em seguida, apresentamos a tabulação das Instituições Colaboradoras, por Escritório Local, e as respectivas Amostras, sendo que o tamanho da amostra foi estipulado em 50% (cinquenta por cento).

QUADRO 7 - Tabulação das Instituições Colaboradoras, por Escritório Local, e respectivas Amostras:

ESCRITÓRIO LOCAL	Nº DE INSTITUIÇÕES COLABORADORAS	AMOSTRA (50%)
Guapé	03	02
Campo Belo	21	10
Cristais	12	06
Varginha	18	09
Santo Antônio do Amparo	19	09
TOTAL	73	36

VI - Conclusões

As conclusões que se seguem, referem-se a duas etapas:

- A) Tabulação e análise dos questionários aplicados às Instituições Colaboradoras (Anexo 3).
- B) Tabulação e análise dos questionários aplicados aos Produtores Rurais (Anexo 4).

Os dois tipos de questionários foram aplicados por estudantes devidamente treinados e orientados.

A - Instituições Colaboradoras

Foram pesquisadas 32 (trinta e duas) Instituições, dos mais variados tipos, conforme mostra o quadro seguinte:

QUADRO 8 - Número e tipo de Instituições Colaboradoras pesquisadas:

TIPO DE INSTITUIÇÃO COLABORADORA	NÚMERO
1 - Jornal Municipal	1
2 - Cooperativa de Produtores Rurais	1
3 - Sindicato de Trabalhadores Rurais	1
4 - Sindicato de Produtores Rurais	2
5 - Assistência Técnica ao Produtor Rural	1
6 - Escola Primária	7
7 - Agências Bancárias	6
8 - Fornecedora de insumos Agro-Pecuários	13
T O T A L	32

A seguir, apresentamos a tabulação e análise dos í-  
tems abordados no questionário:

1) Ítems 1 a 4 - referem-se à identificação do entrevistado

2) Ítem 5 -

Pergunta: Você conhece a EMATER-MG?

Resposta: 100% responderam Sim;

3) Ítem 6 -

Pergunta: Você sabe quais os objetivos da EMATER-MG?

Resposta: 96,88% responderam Sim e 3,12% responderam Nãc

Para os que responderam Sim, a pergunta seguinte é:  
Citar quais são os objetivos:

Resposta: 3,22% não sabem nada sôbre os objetivos da EMATER-MG, en-  
quanto que 96,78% informaram que "é orientar o homem  
do campo". Dos 96,78% que responderam sobre os objeti-  
vos, apenas 33,33% fizeram alusão ao Crédito Rural. Is-  
so mostra que, ao contrário do que se fala, a EMATER-MG  
é bastante conhecida, como órgão de assistência técnica  
ao produtor rural e não apenas ligada a Crédito Rural.

4) Ítem 7 -

Pergunta: Quais os serviços que a EMATER-MG se propõe fazer?

Resposta: 3,12% não responderam e 96,88% deram a mesma resposta  
do ítem 6. Isso mostra que os objetivos da EMATER-MG es-  
tão coerentes com o que ela se propõe fazer.

5) Ítem 8 -

Pergunta: Nos últimos trinta dias, quantos contatos os (as) técnico (as) do Escritório Local da EMATER-MG fizeram com a sua Instituição?

Resposta: 28,12% não tiveram contato algum. Dos 71,88% que responderam afirmativamente, a média de contato deu 8,4.

6) Ítem 9

Pergunta: Nos contatos citados no ítem anterior, informar sobre: assunto tratado, método utilizado e objetivo.

Resposta:

1) Quanto ao assunto tratado, tivemos:

- a - Crédito rural - 3 contatos
- b - Concurso de produtividade - 1 contato
- c - Comercialização de insumos - 4 contatos
- d - Técnica agro-pecuária - 13 contatos
- e - Outros assuntos - 2 contatos

Nesse aspecto, ficou evidente que não existe nenhum planejamento de visitas às Instituições. Elas ocorrem quando existe um problema a resolver.

2) Quanto ao método utilizado: 56,52% só receberam visita e os 43,48% restantes receberam, além da visita, métodos como: palestras, reunião e curso. Isso comprovou a falta de planejamento nos contatos com as Instituições.

3) Quanto ao objetivo, temos as seguintes informações: a totalidade (100%) dos que tiveram no mínimo um contato, respondem a

-firmando que o objetivo é "tomar conhecimento do assunto para le  
var aos agricultores".

7) Ítem 10 -

Pergunta: Quando os (as) técnicos (as) do Escritório Local da EMATER-MG procuram sua instituição, êles visam o quê?

Resposta: neste ítem, podemos fazer uma análise de acordo com o tipo da Instituição (vide Quadro 8). Assim sendo, temos as seguintes análises:

- 1) Jornal Municipal - a resposta citada é: "fazer chegar conhecimentos a todos, através do jornal", o que demonstra que a Instituição está sendo utilizada corretamente.
- 2) Cooperativas e Sindicatos Rurais - 20% não responderam, mostrando não saber o que os técnicos visam, 40% afirmaram que os técnicos visam "ajudar os agricultores"; 20% citaram que visam "procurar endereços e informações" e 20% afirmaram "ver se a produção de leite está aumentando"

Como pode se notar, os técnicos da EMATER-MG não estão sabendo como utilizar as cooperativas e Sindicatos Rurais na sua ação de Extensão Rural. Deixam de utilizar estruturas excepcionais para a difusão de tecnologia agro-pecuária

-ria.

- 3) Assistência técnica ao produtor rural - não respondem a esse ítem, o que deixa uma grande interrogação no ar: se uma instituição de assistência técnica ao produtor rural não sabe o que os técnicos de uma outra instituição que tem a mesma finalidade querem, o que está acontecendo?
- 4) Escola primária - 14,28% responderam que "os técnicos não procuram a Escola"; 28,57% afirmaram que os técnicos visam "orientar e ajudar", não demonstrando certeza naquilo que afirmaram 57,15% deram respostas vagas, como do tipo "visam o bem estar".

Meis uma vez, podemos afirmar que as Escolas Primárias não sabem o que os técnicos da EMATER-MG querem e, com isso, estruturas existentes no meio rural não estão sendo utilizadas convenientemente.

- 5) Agências Bancárias - 16,66% não responderam, o que causa uma certa indagação; 16,66% afirmaram que visam "trazer fiscalizações feitas"

16,66% informaram que visam "intercâmbio", não especificando como e para que; 50% informaram que visam "discutir aspectos ligados a projetos e planos que serão utilizados pelos agricultores".

Como se vê, apenas 50% responderam de modo satisfatório, mostrando realmente uma ação extensionista.

6) Fornecedoras de insumos agro-pecuários: 16,66% não responderam, o que causa uma certa dúvida; 8,33% afirmaram que o que "os técnicos visam depende da ocasião"; 8,33% afirmaram que "visam pedir brinde para torneios leiteiros ou concursos", o que demonstra uma total falta de objetivo, podendo, inclusive, prejudicar todo o trabalho da Extensão Rural; 66,68% afirmaram que "visam um entrosamento para um trabalho conjunto", o que demonstra uma atitude correta de uma ação extensionista.

8) Ítem 11 -

Pergunta: Que tipo de trabalho integrado pode ser feito entre a EMATER-MG e a sua Instituição?

Resposta: novamente, podemos analisar as respostas de acordo com o tipo de Instituição:

1) Jornal Municipal: Sugere que se faça Campanhas no Município, aproveitando a penetração do jornal.

2) Cooperativas e Sindicatos Rurais: 40% não sugerem nada, 60% sugerem que haja uma melhor participação da EMATER-MG nas ações de suas Institui-

-ções. Isso demonstra que existe uma preocupação dessas Instituições na melhoria do atendimento aos agricultores.

3) Assistência técnica ao produtor rural:

Sugere juntar forças no sentido de atender melhor o agricultor, o que reflete uma preocupação bastante válida.

4) Escola primária: 14,28% não citaram nada; 14,28% acham que a EMATER-MG deve "programar festas e trabalhos manuais", demonstrando total desconhecimento dos objetivos da EMATER-MG; 28,57% sugerem que sejam realizados cursos de corte e costura para as alunas; 42,87% sugerem que "sejam criados Clubes Agrícolas com participação da EMATER-MG". Isso demonstra uma necessidade sentida pelas Escolas e que não está sendo atendida pelos técnicos da EMATER-MG (o que evidencia que as Escolas Rurais só recebem alguma assistência da EMATER-MG nos aspectos sociais).

5) Agências Bancárias: 100% das respostas não sugerem nada que se possa fazer, dando mostra que a única ação será continuar elaborando os planejamentos de Crédito Rural.

6) Fornecedores de insumos agro-pecuários: 8,33% não indicaram nada; 75,0% sugerem que faça "divulgação dos produtos de nossa Instituição", não se preocupando com os agricultores e sim, em vender seus produtos; apenas 16,67% citaram realmente um trabalho integrado, ou seja: "utilizar os nossos produtos para testes comparativos e orientação a tipos de produtos que poderão ser usados na região".

9) Ítem 13:

Pergunta: O que você pensa da EMATER-MG?

Respostas: 90,63% afirmaram ser a EMATER-MG "de grande utilidade para o município" e que no meio rural "ajuda o agricultor na parte técnica e social". 9,37% fazem restrições à EMATER-MG, afirmando, inclusive, que ela "se limita a aguardar aqueles que a procuram".

Uma informação importante apontada por 18,75% dos entrevistados: a falta de pessoal técnico para dar maior assistência aos produtores rurais e, principalmente, a falta de supervisora que atue na área social.

Como conclusões finais, podemos afirmar o seguinte:

- a) Tipos de Mensagens - não existe nenhuma ação estratégica direcionada às Instituições Colaboradoras e as mensagens são enviadas de acordo com a situação. Elas parecem quando há problemas a resolver, sem nenhuma preparação ou programação.
- b) Canais utilizados - a maioria das ações (56,52%) são realizadas através de visitas, o que comprova a falta de planejamento.
- c) Objetivos propostos - não existe nenhuma preocupação em objetivar formas de trabalho integrado, pois o objetivo das visitas é exclusivamente resolver o problema, da hora. Não há preocupação de se planejar ações que antecedam o problema, dentro de u

-ma programação global de trabalho.

B) Produtores Rurais:

Foram pesquisados 66 (sessenta e seis) produtores rurais, dentro das categorias A, B, C, D, e E (vide Quadro 3) com as seguintes distribuições:

- 1) Categoria A - 26 produtores rurais
- 2) Categoria B - 15 produtores rurais
- 3) Categoria C - 8 produtores rurais
- 4) Categoria D - 4 produtores rurais
- 5) Categoria E - 13 produtores rurais

A seguir, apresentamos a tabulação e análise dos itens abordados no questionário, que serão feitas de acordo com cada Categoria:

- 1) Ítem 1 a 4: referem-se à identificação do entrevistado
- 2) Ítem 5

Pergunta: Você sabe ler?

Respostas:

A		B		C		D		E	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
88,47%	11,53%	93,37%	6,66%	87,5%	12,5%	75,0%	25,0%	100,0%	-

Pela tabulação, percebe-se que a grande maioria do

público sabe lêr e portanto, pode ser assistido através de material impresso. A categoria que apresentou menos possibilidades de atendimento foi a categoria D.

3) Ítem 6:

Pergunta: Tem rádio em casa?

Respostas:

A		B		C		D		E	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
88,47%	11,53%	100,0%	-	87,5%	12,5%	100,0%	-	92,3%	7,7%

4) Ítem 7:

Pergunta: Que tipo de programa de rádio que você mais ouve?

Respostas: foram dadas 3 opções (musical, informativo e esportivo) e tivemos a seguinte tabulação:

TIPO DE PROGRAMA	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
Musical	48,48%	44,44%	25,0%	30,0%	27,77%
Informativo	33,33%	44,44%	58,33%	30,0%	44,46%
Esportivo	18,18%	11,12%	16,67%	40,0%	27,77%

5) Ítem 8:

Pergunta: Qual a emissora de rádio que você mais ouve?

Respostas:

TIPO DE PROGRAMA	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
No Município	40,6%	7,7%	12,5%	50,0%	25,0%
Na Região	-	-	-	-	-
Outro Local	59,4%	92,3%	87,5%	50,0%	75,0%

Os ítem 6, 7 e 8, nos dão informações sobre o uso do rádio, pelos técnicos da EMATER-MG. Conforme o ítem 6, a maioria absoluta possui aparelho de rádio; no entanto, o ítem 7, mostra que dependendo da categoria do produtor, a sua preferência pelo tipo de programa varia muito. As categorias A e D, por exemplo, preferem os programas musicais e esportivos, respectivamente. Finalmente, o ítem 8 mostra que a audiência de emissoras que ficam fora da região é muito grande; isso, logicamente, dificulta um trabalho de Extensão Rural utilizando o rádio. Conforme se vê, entretanto, pode-se utilizar bastante o rádio com as categorias A e D.

6) ítem 9:

Pergunta: Você lê jornal?

Respostas:

A		B		C		D		E	
SIM	NÃO	SIM	Não	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
38,46%	61,54%	26,67%	73,33%	62,5%	37,5%	75,0%	25,0%	84,62%	15,38%

7) Ítem 10:

Pergunta: Você lê jornal: Diariamente, Semanalmente ou Mensalmente.

Respostas:

PROPRIEDADE	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
Diariamente	20,0%	100,0%	28,56%	33,34%	81,82%
Semanalmente	20,0%	-	57,16%	66,66%	18,18%
Mensalmente	60,0%	-	14,28%	-	-

8) Ítem 11:

Pergunta: Quais são os jornais que você lê?

Respostas:

JORNAL EDITADO	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
No Município	15,38%	-	-	25,0%	6,8%
Na Região	-	-	-	-	-
No Estado	53,84%	80,0%	44,0%	50,0%	66,6%
Fora da Estado	30,78%	20,0%	56,0%	25,0%	26,6%

9) Ítem 12:

Pergunta: O que você lê no jornal?

Respostas:

TIPOS DE LEITURA	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
Artigo Técnico	30,8%	37,5%	16,67%	40,0%	33,33%
Esporte	23,1%	25,0%	-	20,0%	16,67%
Informação Geral	46,1%	37,5%	83,33%	40,0%	50,00%

Os ítems 9, 10, 11 e 12 permitem uma análise da utilização da imprensa escrita no trabalho de Extensão Rural. Como era de se esperar, dentre os que sabem ler, as categorias que menos leem jornal são as de propriedade menores, ou seja, B e A. As demais têm a maioria na faixa dos que leem. O ítem 10 mostra que a maioria tem contato com jornais, pelo menos, uma vez por semana e o ítem 12, mostra que a maioria absoluta procura informações gerais e artigos técnicos. O ítem 11 mostra a quase inexistência de jornais locais ou a sua procura por parte dos agricultores. Está aí uma grande oportunidade para os Técnicos da EMATER-MG, que podem criar seus próprios jornais ou participarem ativamente nos jornais locais. Vale salientar a grande penetração de dois jornais que publicam excelentes artigos técnicos em agro-pecuária: O Estado de Minas e o O Estado de São Paulo.

10) Ítem 13:

Pergunta: Voce recebe material técnico?

Respostas:

A		B		C		D		E	
SIM	NÃO	SIM	NAO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
30,76%	69,24%	26,66%	73,34%	25,0%	75,0%	50,0%	50,0%	69,2%	30,8%

Esse ítem mostra que à medida que a agricultor se torna maior ele passa a procurar mais material técnico (veja categoria E e D). Um dado que merece um estudo: material técnico enviado por técnicos da EMATER-MG só aparece uma vez (categoria A), ao passo que o IBC e CAMIG apareceram com maior frequência. Mais uma vez a Extensão Rural está perdendo oportunidade de executar um serviço mais eficiente.

11) Ítems 14, 15 e 16

Perguntas: Você pertence a alguma Cooperativa, Sindicato, Clube ou Grupo?

Respostas:

TIPOS DE ASSOCIAÇÃO	A		B		C		D		E	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Cooperativa	84,6%	46,16%	46,66%	53,34%	25,0%	75,0%	50,0%	50,0%	11,54%	53,84%
Sindicato	76,93%	30,76%	60,0%	40,0%	37,5%	62,5%	25,0%	75,0%	23,07%	69,24%
Clube ou Grupo	80,77%	84,62%	26,67%	73,33%	50,0%	50,0%	25,0%	75,0%	19,23%	15,38%

12) Ítem 17:Pergunta: Tipo de exploração agro-pecuáriaRespostas:

TIPO DE EXPLORAÇÃO AGRO-PECUÁRIA	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
Café	98,46%	100,0%	87,5%	100,0%	100,0%
Milho	38,46%	60,0%	50,0%	25,0%	61,53%
Feijão	23,07%	40,0%	37,5%	25,0%	30,76%
Arroz	15,38%	26,66%	-	25,0%	23,07%
Cana	3,84%	-	-	-	-
Bovinocultura de Leite	73,07%	86,66%	75,0%	50,0%	84,61%
Bovinocultura de Corte	7,69%	13,33%	25,0%	50,0%	38,46%
Suínocultura	3,84%	-	-	-	7,7%
Mandioca	-	6,66%	12,5%	-	-
Avicultura de Postura	-	-	12,5%	-	-

Conforme vemos, a cultura de café é a exploração que mais aparece em todas as categorias, sendo que nas categorias B, D e E, todos os produtores têm café nas suas propriedades. Em segundo plano aparece a Bovinocultura de Leite, vindo após a Cultura de milho.

13) Ítem 18

Pergunta: Você tem algum financiamento de Crédito Rural? se tem, informar: em qual Agência Bancária, para qual

exploração e se tem assistência técnica da EMATER-MG.

Respostas:

18.a) Se tem financiamento de Crédito Rural:

A		B		C		D		E	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
96,16%	3,84%	1000%	-	100,0%	-	1000%	-	61,54%	38,46%

O próximo ponto que nos interessa analisar é:

18.d) Se tem assistência técnica da EMATER-MG:

A		B		C		D		E	
SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
80,77%	19,23%	93,34%	6,66%	87,5%	12,5%	1000%	-	84,62%	15,38%

Pela análise dos dois quadros anteriores, podemos tirar algumas conclusões:

- A assistência dada pelos técnicos da EMATER-MG tem se restringido bastante ao trabalho de Crédito Rural.
- A categoria D só é assistida com o Crédito Rural.
- À medida que o agricultor se torna maior, ele exige uma assistência também maior. Com isso, os técnicos da EMATER-MG o assistem também fora do Crédito Rural, conforme acontece com a Categoria E.

14) Item 19:

Pergunta: Você já recebeu visita de técnicos(as) do Escritório Local da EMATER-MG?

Respostas: A tabulação deu o seguinte resultado, quanto à resposta NÃO:

- a) Categoria A - 15,38%
- b) Categoria B - 6,66%
- c) Categoria C - 12,5%
- d) Categoria E - 7,7%

15) Ítem 20:

Pergunta: Nos últimos 12 meses, quantas vezes você teve contato com técnicos(as) da Escritório Local da EMATER-MG

Respostas: A média de contatos, por categoria, foi a seguinte:

- a) Categoria A - 4,26
- b) Categoria B - 18,86
- c) Categoria C - 4,87
- d) Categoria D - 4,00
- e) Categoria E - 7,76

16) Ítem 21

Pergunta: Nos contatos citados anteriormente, informar sobre: assuntos tratados, com qual objetivo, método utilizado e local:

Respostas: Para a tabulação e análise desse ítem, faremos a identi

-ficação, por município, pois segundo SILVA(14), para cada tipo de município deve-se usar uma metodologia adequada ao público.

Assim, conforme o Quadro 2, página 43, os municípios cujos produtores rurais foram entrevistados, são:

MUNICÍPIO	CLASSIFICAÇÃO
Guapé	A
Campo Belo	A
Cristais	B
Varginha	B
S.A. Amparo	C

Faremos agora uma análise da metodologia usada, em termos de comparação com que se propõe SILVA (15). A tabulação dos métodos utilizados é a seguinte:

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	MÉTODO UTILIZADO			TOTAL
		VISITA	REUNIÃO	PALESTRA	
A	Guapé	100,0%	-	-	100,0%
A	Campo Belo	60,0%	26,67%	13,33%	100,0%
B	Cristais	86,66%	13,34%	-	100,0%
B	Varginha	100,0%	-	-	100,0%
C	Santo A. Amparo	91,66%	8,34%	-	100,0%

(14) SILVA, José Teixeira da, A Estratificação de Propriedades como subsídios à Organização de Assistência Técnica ao Setor Agrícola de Minas Gerais. Publicado pela EMATER-MG, Coordenadoria de Planejamento, maio de 1977. Pág. 29 em diante desse Trabalho.

(15) SILVA, José Teixeira da, Idib.

Conforme se vê, a maioria absoluta dos métodos utilizados é visita. Daí, podemos tirar as seguintes conclusões:

- 1) Não há nenhuma programação de trabalho quanto à metodologia a ser usada.
- 2) A metodologia não está relacionada com o tipo de município, pois segundo SILVA, municípios de Classe A devem receber 80% da assistência técnica na forma grupal e de massa, Classe B, de 60 a 80% e Classe C, em torno de 50%.
- 3) Os técnicos da EMATER-MG preferem o método individual, por duas razões:
  - a) Não existe um preparo prévio (apesar do método corretamente preparado assim o exigir)
  - b) O trabalho está sendo feito quase que só com o Crédito Rural e ele exige visitas individuais.

Em virtude disso, a assistência dada tem sido, além de cara, com pouca abrangência (poucos produtores rurais assistidos por técnico).

Quanto aos assuntos tratados, é quase que exclusivamente tecnológicos.

Em relação aos objetivos, estes estão ligados aos assuntos tecnológicos e têm como metas os projetos técnicos (assistência técnica aos projetos).

17) Ítem 22

Pergunta: Que tipo de orientação os(as) técnicos(as) do Escritório Local da EMATER-MG prestam a você?

Respostas: Foram dadas opções a essa pergunta e a tabulação é a seguinte:

TIPO DE ORIENTAÇÃO	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
Técnica agro-pecuária	71,89%	56,0%	77,78%	66,66%	36,36%
Crédito Rural	9,37%	16,0%	11,11%	33,34%	22,72%
Comercialização	-	12,0%	11,11%	-	13,65%
Saúde	9,37%	8,0%	-	-	9,09%
Alimentação	9,37%	8,0%	-	-	9,09%
Outros	-	-	-	-	9,09%

Como se vê, a maioria absoluta da assistência dada é dentro de técnicas agro-pecuárias, o que é normal. Em seguida, vem Crédito Rural, o que evidencia a afirmativa de que o trabalho vem sendo bastante ligado a este aspecto.

À medida que o tamanho da propriedade aumenta, mais a assistência fica diversificada. Veja a Categoria E, onde tem o maior índice de assistência em comercialização.

Quanto ao item Outros, aparecem apenas o assunto Custos Operacionais.

Dentro dos itens Saúde e Alimentação, dependem muito da assistência da supervisora no Escritório Local.

18) Ítem 23

Pergunta: Que tipo de orientação você necessita?

Respostas:

TIPO DE ORIENTAÇÃO	C A T E G O R I A S				
	A	B	C	D	E
Já está bem orientado	-	13,34%	-	-	7,70%
Não necessita orientação	46,15%	6,66%	50,00%	50,00%	30,76%
Técnica agro-pecuária	53,85%	80,00%	50,00%	50,00%	61,54%

A maioria necessita de orientação em aspectos agro-pecuários, nas mais diversas formas. Entretanto, um aspecto que causa surpresa é a alta porcentagem dos que afirmam não necessitarem de assistência, principalmente nas categorias de pequenas propriedades. Isso nos leva a pensar em algumas hipóteses, que merecem um melhor estudo ou sejam:

- a) A assistência dada é tão insignificante que os produtores estão dispensando-a totalmente.
- b) Os produtores não estão suficientemente preparados para um trabalho de Extensão Rural.
- c) As orientações até então recebidas não estão resolvendo os problemas reais dos produtores.

19) Ítem 24:

Pergunta: A assistência que você recebe é suficiente? Se não, por quê?

RESPOSTAS	A	B	C	D	E
Sim	79,16%	87,50%	71,42%	50,00%	69,23%
Não	20,84%	12,50%	28,58%	50,00%	30,77%

Dos que responderam NÃO, a totalidade informou que:

- a) Não existe nenhuma assistência.
- b) Os técnicos não vão à propriedade.

Conforme vemos, em todas as categorias há respostas negativas, sendo as porcentagens maiores que têm propriedades maiores. Isso mostra que essas propriedades exigem uma assistência maior.

Quanto às informações sobre as respostas negativas, podemos concluir o seguinte:

- 1) A falta de um trabalho através de métodos de grupo, faz com que muitos produtores não tenham nenhuma assistência.
- 2) A falta de planejamento e às vezes de equipamento (veículo, por exemplo) impedem que o técnico conheça realmente as propriedades rurais existentes em sua área de trabalho.

20) Ítem 25

Pergunta: Os técnicos(as) do Escritório Local da EMATER-MG lhe dão assistência com qual frequência?

Respostas: Das respostas positivas do ítem anterior, a tabulação é:

FREQUÊNCIA	A	B	C	D	E
Quando Solicitado	28,00%	18,75%	33,33%	40,00%	47,38%
Diariamente	-	6,25%	-	-	-
Semanalmente	-	-	-	-	-
Quinzenalmente	4,00%	6,25%	-	-	5,26%
Mensalmente	8,00%	25,00%	33,33%	40,00	26,31%
2 vezes ao ano	16,00%	31,25%	-	-	15,79%
1 vez por ano	16,00%	6,25	-	-	5,26%
Esporadicamente	28,00%	6,25%	33,34%	20,00%	-

Pela tabulação, vê-se que não existe uma programação de trabalho, sendo que os itens "Quando Solicitado" e "Esporadicamente" têm altas porcentagens.

Quanto ao item "Diariamente", há algo de se estranhar pois não há condições de que algum produtor tenha assistência todos os dias e outros, a tenha de vez em quando.

#### 21) Ítem 26

Pergunta: A assistência que he é dada, é: na sua propriedade, no Escritório Local da EMATER-MG ou em outro local?

Respostas:

LOCAL	A	B	C	D	E
Na Propriedade	45,16%	54,55%	50,0%	42,86%	55,55%
No Escritório local	48,39%	40,91%	40,0%	42,86%	33,33%
Outro Local	6,45%	4,54%	10,0%	14,28%	11,12%

Com excessão das categorias B e E, as demais têm a maioria da assistência fora da propriedade, o que confronta com o citado no ítem 24.

22) Ítem 27

Pergunta: Durante a semana, quantos dias você permanece na sua propriedade e na cidade?

Respostas:

DIAS DA SEMANA		C A T E G O R I A S				
NA PROP.	NA CIDADE	A	B	C	D	E
7	0	23,07%	46,66%	50,00%	25,00%	61,54%
6	1	61,53%	40,00%	37,50%	50,00%	15,38%
5	2	3,84%	6,67%	-	-	-
3	4	3,84%	-	-	-	15,38%
2	5	-	-	12,50%	-	7,70%
1	6	3,88%	6,67%	-	25,00%	-
0	7	3,84%	-	-	-	-

Existe uma afirmativa entre os técnicos da EMATER-MG de que, hoje o produtor rural não fica mais na propriedade e sim, na cidade. A tabulação do ítem 27 não comprova isso. Pelo contrário, pois de todas as categorias, a que tem menor porcentagem acumulada dos dois primeiros ítems, é a categoria D, com 75,00% (vide tabulação do ítem 27), Isso comprova que, no mínimo, 75,00% dos produtores rurais ficam, pelo menos, 6 dias na propriedade e 1 na cidade.

Com isso, podemos afirmar que, durante a semana, a maioria dos produtores rurais estão nas suas propriedades.

23) Ítems 28 e 29

Perguntas: O que você gostaria de receber dos técnicos (as) do Escritório Local da EMATER-MG?

Observações Gerais.

Respostas: De modo geral, essas duas perguntas confirmam tôdas as observações de alguns ítems anteriores. As respostas são, de uma maneira geral, as seguintes:

- 1) Pedidos de orientações em agro-pecuária.
- 2) Mais visita às propriedades.
- 3) A maioria só liga o trabalho da EMATER-MG ao Crédito Rural.
- 4) Elogios ao trabalho dos técnicos e da EMATER-MG como um todo.

VII - Conclusões Finais

Como síntese de todas as análises feitas, podemos fazer as seguintes conclusões:

1) Quanto às Instituições Colaboradoras:

- 1.a) As mensagens não são programadas e elas surgem para a solução de algum problema.
- 1.b) Os canais utilizados são quase que só visitas, não sendo adequados a cada tipo de mensagem. Não há nenhuma preocupação quanto à seleção e adequação dos canais de comunicação.
- 1.c) Não há o objetivo básico da procura de um trabalho in

-tegrado. O objetivo de cada método é resolver o problema do momento, sem a preocupação de objetivos a médio e longo prazo.

2) Quanto aos Produtores Rurais:

- 2.a) As mensagens também não são programadas e não há nenhuma preocupação em utilizar metodologia de massa (rádio e jornal) com mensagens adequadas a cada tipo de cliente. As mensagens não são preparadas e não têm uma sequência, objetivando uma meta a atingir. As mensagens são levadas de acordo com a necessidade do produtor rural, atendendo uma necessidade sua. Elas, de um modo geral, não são previamente preparadas.
- 2.b) O canal de comunicação mais utilizado é a visita e com isso, não há uma adequação do canal com a mensagem e objetivos propostos. Esse excesso de visita está intimamente ligado ao trabalho de Crédito Rural, o que causa uma visão de formada da Extensão Rural. Isso faz com que os técnicos da EMATER-MG não tenham nenhuma programação, executando o trabalho à medida que ele surja, e assim, atendendo à demanda em detrimento de uma programação a curto, médio e longo prazo.
- 2.c) Os objetivos propostos estão intimamente ligados aos projetos agro-pecuários atendidos, visando aumentar a produtividade da terra e do trabalho do produtor rural, buscando impacto em sua renda e melhoria da qualidade de sua vida. Entretanto, esses objetivos estão muito presos a ações individuais.

-ais, isoladas, sem uma visão global e planejada a curto, médio e longo prazo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Eliseu, "Atividades Sociais do Sistema ABCAR como investimento no homem". Guia de Planejamento, ACAR. B;H. junho de 1972, pp. 42-49.
- BRITT, Steuart Henderson. BOYD, Harper W. Jr. Marketing Management and Administrative Action. New York. Mc Graw Hill Book Company. 1968.
- BUELL, Victor P. Editor MEYEL, Carl. Handbook of Modern Marketing. New York. Mc Graw Gill Book Company. 1970.
- ESTATUTO DA EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Capítulo II, artigo 4º.
- FONSECA, Luis, "Promoção Humana e Extensão Rural", Guia de Planejamento, ACAR. B.H., junho de 1972. pp. 60-68.
- FREY, Albert Wesley. Marketing Handbook, Second edition, New York. The Ronald Press Company. 1965.
- HILARINA, Rita Nelson, Documento não publicado: "O papel do Extensionista local".
- KOTLER, Philip. Administração de Marketing (Análise, Planejamento e Controle). Tradução de Meyer Stilman e Danilo A, Nogueira. São Paulo. Atlas. 1974.
- LOPES, Renato Simplicio. Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil, publicado pela ACAR, dezembro de 1967, pag.7.
- LOPES, Renato Simplicio. Information Sucking Behavior of county Extension Agents in Minas Gerais. Tese de M.S. não publicada. University of Wisconsin, 1966.

- MCCARTHY , E. Jerome. Basic. Marketing: A Managerial Approach, Fourth edition. Homewood (Illinois). Invin Inc. 1971.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA, Programa de ação econômica do Governo, 1964-1966, 2ª edição. Documentos EPEA - nº 1, maio de 1965.
- RACHMAM, David J. Marketing Strategy and Structure. New Jersey, Prentice-Hall. Inc.1974.
- SILVA, José Teixeira da. A Estratificação de Propriedades como subsídios à Organização de Assistência Técnica ao Setor Agrícola de Minas Gerais. Publicado pela EMATER-MG, Coordenadoria de Planejamento, maio de 1977.
- STANTON, Willian J. Fundamentals of Marketing. New York Mc Graw Hill Book Company. 1971.

QUESTIONÁRIO

Tomando por base os últimos 12(doze) meses de trabalho, a Equipe Local da EMATER/MG deverá identificar os diversos clientes com os quais a Equipe Local teve contato e/ou assistiu, usando as metodologias individual e de grupo preconizadas pela Extensão Rural.

Esses clientes serão identificados apenas no município sede do Escritório Local e terão duas categorias: Produtores Rurais e Instituições Colaboradoras.

PRODUTORES RURAIS - São clientes cujas ações da Equipe Local da EMATER/MG visam aumentar a produtividade da terra e do trabalho do produtor rural, buscando impacto em sua renda e melhoria da qualidade de sua vida.

INSTITUIÇÕES COLABORADORAS - São clientes cujas ações da Equipe Local da EMATER/MG visam desenvolver formas de trabalho integrado.

Diante de tais descrições, a Equipe Local da EMATER/MG deverá preencher os Quadros 1 e 2.

OBSERVAÇÃO: No Quadro 2, coluna " Tipo de Instituição", colocar se é: Fornecedor de insumos agropecuários, escola, Prefeitura, etc.



QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES COLABORADORAS ASSISTIDAS E/OU VISITADAS PELA EQUIPE LOCAL DA EMATER / MG, ESCRITÓRIO LOCAL DE: .....

ORDEM (Nº)	NOME DA INSTI- TUIÇÃO	NOME DO RESPONSA- VEL	TIPO DE INSTI- TUIÇÃO	ENDEREÇO

ENTREVISTA

1- Nome da Instituição.....

2- Endereço.....

3- Nome do Entrevistado.....

4- Cargo que Ocupa.....

5- Você Conhece EMATER/MG?

Sim |  |

Não |  |

6- Você sabe quais os objetivos da EMATER/MG?

Sim |  |

Não |  |

. Em caso afirmativo, citar quais são:

7- Quais os serviços que a EMATER/MG se propõe fazer?

8- Nos últimos 30 dias, quantos contatos os(as) técnicos(as) do Escritório Local da EMATER/MG tiveram com a sua Instituição?

9- Nos contatos citados no ítem anterior, informar sôbre:

ASSUNTO TRATADO	MÉTODO UTILIZADO	OBJETIVO

10- Quando os(as) técnicos(as) do Escritório Local da EMATER/MG, procuram sua Instituição, êles visam o quê?

11- Que tipo de trabalho integrado pode ser feito entre a EMATER/MG e sua Instituição?

12- O serviço desempenhado pela EMATER/MG é de utilidade para a sua Instituição?

Sim

Não

. Em caso afirmativo, por quê?

13- O que você pensa da EMATER/MG?

14- Observações de um modo geral:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 1978

QUESTIONÁRIO AOS PRODUTORES RURAIS

- 1) Nome \_\_\_\_\_
- 2) Nome da Propriedade e área \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
- 3) Comunidade \_\_\_\_\_
- 4) Município \_\_\_\_\_
- 5) Você sabe ler?      \_\_\_ Sim      \_\_\_ Não
- 6) Tem rádio em casa?      \_\_\_ Sim      \_\_\_ Não
- 7) Que tipo de programa de rádio que você mais ouve?  
\_\_\_ Musical      \_\_\_ Informativo      \_\_\_ Esportivo
- 8) Qual a emissora de rádio que você mais ouve? \_\_\_\_\_
- 9) Você lê jornal?      \_\_\_ Sim      \_\_\_ Não
- 10) Você lê jornal: Diariamente \_\_\_      Semanalmente \_\_\_      Mensalmente \_\_\_
- 11) Quais são os jornais que você lê? \_\_\_\_\_
- 12) O que você lê no jornal?  
\_\_\_ Artigo técnico      \_\_\_ Esporte      \_\_\_ Informação Geral
- 13) Você recebe material técnico?      \_\_\_ Sim      \_\_\_ Não  
. Se recebe, citar quais:
- 14) Você pertence a alguma cooperativa?  
\_\_\_ Sim      \_\_\_ Não  
. Em caso afirmativo, citar nome e endereço:
- 15) Você pertence a algum sindicato?      \_\_\_ Sim      \_\_\_ Não  
. Em caso afirmativo, citar nome e endereço:

16) Você faz parte de algum Clube ou Grupo?

\_\_\_\_\_ Sim \_\_\_\_\_ Não

. Em caso afirmativo, citar: nome, local da reunião e quando se reúnem:

17) Tipo de exploração agro-pecuária:

CULTURAS

NOME DA CULTURA	ÁREA (Ha)	PRODUÇÃO (Sc 60 kg)	CONSUMO (Sc 60 kg)	LOCAL DE COMERCIALIZAÇÃO

CRIAÇÕES

TIPO	TRABALHO DO REBANHO	PRODUÇÃO MENSAL	CONSUMO MENSAL	LOCAL DE COMERCIALIZAÇÃO

18) Você tem algum financiamento de Crédito Rural?

\_\_\_\_\_ Sim \_\_\_\_\_ Não

. Em caso afirmativo:

18.a. Em qual Agência Bancária?

18.b. Para qual exploração?

18.c. Tem assistência da EMATER/MG?

\_\_\_ Sim \_\_\_ Não

19) Você já recebeu visita de técnicos(as) do Escritório Local da EMATER/MG?

\_\_\_ Sim \_\_\_ Não

20) Nos últimos 12 meses, quantas vezes você teve contato com técnicos(as) do Escritório Local da EMATER/MG?

21) Nos contatos citados anteriormente, informar sobre:

ASSUNTO TRATADO	COM QUAL OBJETIVO	MÉTODO UTILIZADO	LOCAL

22) Que tipo de orientação os(as) técnicos(as) do Escritório Local da EMATER/ MG prestam a você?

Técnica Agropecuária \_\_\_\_\_

Crédito Rural \_\_\_\_\_

Comercialização \_\_\_\_\_

Saúde \_\_\_\_\_

Alimentação \_\_\_\_\_

Outros \_\_\_\_\_ Citar:

23) Que tipo de orientação você necessita?

Assistência que você recebe é suficiente?

\_\_\_\_\_ Sim                      \_\_\_\_\_ Não

. Se for negativo, por quê?

25) Os (as) técnicos(as) do Escritório Local da EMATER/MG lhe dão assistência com qual frequência?

Quando solicitado                      \_\_\_\_\_  
Diariamente                                      \_\_\_\_\_  
Semanalmente                                      \_\_\_\_\_  
Quinzenalmente                                      \_\_\_\_\_  
2 vezes ao ano                                      \_\_\_\_\_  
1 vez por ano                                      \_\_\_\_\_  
Esporadicamente                                      \_\_\_\_\_

26) A assistência que lhe é dada, é:

Na sua propriedade                      \_\_\_\_\_  
No Escritório Local da  
EMATER/MG                                      \_\_\_\_\_  
Em outro local                      \_\_\_\_\_ Qual?

27) Durante a semana, quantos dias você permanece na:

Sua propriedade                      \_\_\_\_\_                      Cidade                      \_\_\_\_\_

28) O que você gostaria de receber dos(as) técnicos(as) do Escritório Local da EMATER/MG?

29) Observações Gerais: